



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Brasília - 2016



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

“Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e da Portaria CGU nº 500/2016”.

LISTA DE SIGLAS

ABC/MRE – Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores

AECI – Assessoria Especial de Controle Interno

AGU – Advocacia-Geral da União

ASCOM – Assessoria de Comunicação

ASI – *Administrative Solutions Integration*

ASSEFAZ – Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BID – Banco Interamericano para o Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BSM – Brasil Sem Miséria

BSP – Benefício de Superação da Extrema Pobreza

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CEF – Caixa Econômica Federal

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CGLA – Coordenação-Geral de Logística e Administração

CGLC – Coordenação-Geral de Licitações e Contratos

CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

CGPA – Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação

CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos

CGU – Controladoria-Geral da União

CGU-PAD – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola

CNAS – Conselho nacional de Assistência Social

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CNDS – Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CODEP – Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas

CODIV/STN – Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública

COFIN/STN – Coordenação-Geral de Programação Financeira do Tesouro Nacional

COGEP – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

CONDRAF – *Conselho* Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONJUR – Consultoria Jurídica

CPD – Centro de Processamento de Dados

CPF – Cadastro de Pessoas Físicas

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social

CRM – *Customer Relationship Management*

DAS – Direção e Assessoramento Superior

DBR – Declaração de Bens e Renda
DDG-0800 – Discagem Gratuita
DIPU – Diretoria de Inclusão Produtiva Urbana
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
DN/TCU – Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União
DPI – Diretoria de Projetos Internacionais
DPU – Defensoria Pública da União
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
ESAF – Escola Superior de Administração Fazendária
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAQ – *Frequently Asked Questions*
FBB – Fundação Banco do Brasil
FCEP – Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
FIC – Formação Inicial Continuada
FLBA – Legião Brasileira de Assistência
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FONSET – Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho
FORTSUAS - Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GDPGE – Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
GIA – Grupo Interministerial de Acompanhamento
GRU – Guia de Recolhimento da União
GSISTE – Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IP – *Internet Protocol*
LAI – Lei de Acesso à Informação
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCMV – Minha Casa Minha Vida
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MEI – Microempreendedor Individual
MF – Ministério da Fazenda

MMA – Ministério do Meio Ambiente
MONIB – Painel de Indicadores de Monitoramento do Plano Brasil Sem Miséria
MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NBC – Norma Brasileira de Contabilidade aplicada ao Setor Público
TV NBR - Canal de televisão do Brasil
NIS – Número de Identificação Social
OCI – Órgão de Controle Interno
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OI – Orçamento de Investimento
PA – Posições de Atendimento
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PSE – Programa Saúde na Escola
PBF – Plano Bolsa Família
PBSM – Plano Brasil Sem Miséria
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEC – Programa de Eficiência do Gasto
PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNAE – Programa Nacional Alimentação Escolar
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PO – Plano Orçamentário
PPA – Plano Plurianual
PR – Presidência da República
PRODOC – Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RAP – Restos a Pagar
RFB – Receita Federal do Brasil
SAA – Subsecretaria de Assuntos Administrativos
SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SAIP – Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias
SE – Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SEAIN – Secretaria de Assuntos Internacionais
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SENARC – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SESC – Serviço Social do Comércio
SESEP – Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza
SESI – Serviço Social da Indústria
SEST – Serviço Social do Transporte
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SGD – Sistema de Gestão de Demandas
SGI - Sistema de Gestão de Informações
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal
SIC – Serviço de Informações ao Cidadão
SIC – Sistema de Informações de Custo
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGPBF – Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SINE – Sistema Nacional de Emprego
SIPEC – Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal
SISAC – Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISPOAD – Sistema Informatizado da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SISTEC - *Sistema* Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SM – Salário Mínimo
SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças
SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPP – Sistema de Pré-Matrícula
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
TCE – Tomadas de Contas Especiais
TCU – Tribunal de Contas da União
TER –Tribunal Regional Eleitoral
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação
UBS – Unidade Básica de Saúde
UF – Unidade Federal
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URA – Unidade de Resposta Audível

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações sobre áreas ou Subunidades Estratégicas

Quadro 2 – Macroprocessos Finalísticos

Quadro 6 – Ações relacionadas a Programas Temáticos do PPA de Responsabilidade da UPC

Quadro 7 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Quadro 8 – Custos do Pessoal

Quadro 9 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 10 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 12 – Variações de Custos – Ação 20TR

Quadro 13 – Variações de Custos – Ação 20GG

Quadro 14 – Força de Trabalho da UJ

Quadro 15 – Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro 16 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ

LISTA DE QUADROS SESEP

Quadro 3 – Parceiros do BSM por Macroprocesso

Quadro 4 – Resultados Por ação Prioritária

Quadro 5 – Metas do BSM relacionadas a Programas do PPA

Quadro 11 – Demandas da Central de Atendimento e Ouvidoria relacionadas à Sesepe

LISTA DE FIGURAS DA SESEP

Figura 1 – Mapa da Pobreza

Figura 2 – Organograma Sesepe

Figura 3 – Estrutura de Gestão do BSM

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

ANEXO II DA DN TCU Nº 146/2015 – ESTRUTURA GERAL E SISTEMA E-CONTAS

1. Visão Geral da Unidade

- Finalidade e Competências

- Normas e Regulamentos de criação, alteração e funcionamento da Unidade
 - Ambiente de Atuação
 - Organograma
 - Macroprocessos Finalísticos
2. Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional
- Planejamento Organizacional
 - Descrição sintética dos objetivos do exercício
 - Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos
 - Formas e Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos
 - Desempenho Orçamentário
 - Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados
 - Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade
 - Fatores intervenientes no desempenho orçamentário
 - Execução descentralizada com transferência de recursos
 - Informações sobre a execução das despesas
 - Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho
3. Governança
- Descrição das Estruturas de Governança
5. Relacionamento com a Sociedade
- Canais de Acesso ao Cidadão
 - Mecanismos de Transparência das situações relevantes sobre a atuação da unidade
6. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis
- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade
 - Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas
7. Áreas Especiais da Gestão
- Gestão de Pessoas
 - Estrutura de pessoal da unidade
 - Demonstrativo das despesas com pessoal

8. Anexos e Apêndices

Tabela 1 - Execução Orçamentária do Programa Brasil Sem Miséria de 2015

Tabela 2 - Demonstrações Das Variações Patrimoniais - Todos Os Orçamentos

Tabela 3 - Balanço Orçamentário - Todos Os Orçamentos

Tabela 4 - Demonstrações Dos Fluxos De Caixa - Todos Os Orçamentos

Tabela 5 - Balanço Financeiro - Todos Os Orçamentos

Tabela 6 - Balanço Patrimonial - Todos Os Orçamentos

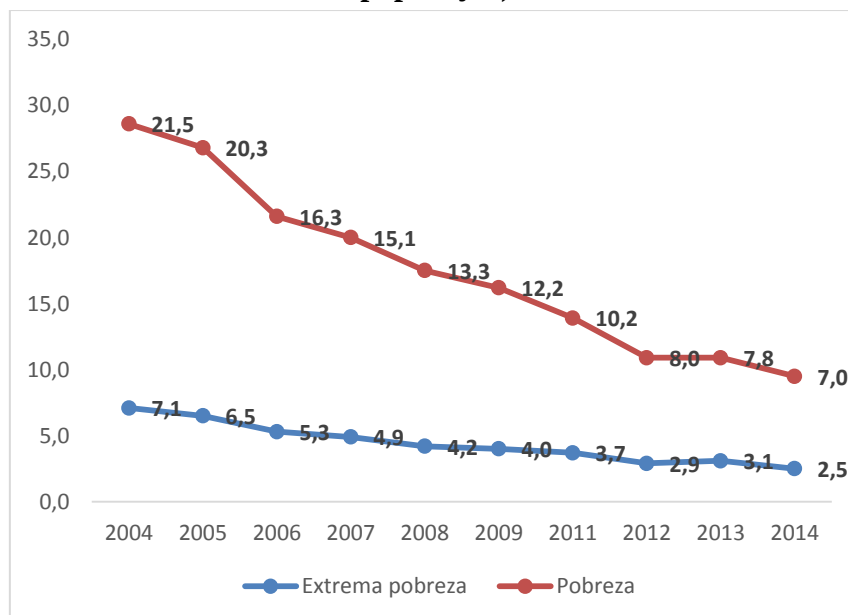
APRESENTAÇÃO

O presente Relatório foi elaborado conforme os seguintes normativos: Instrução Normativa TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010; Decisão Normativa TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015; Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015; e orientações do órgão de controle interno por meio da Portaria CGU nº 500/2016. Ele apresenta os atos de gestão praticados pela Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Sesep/MDS), e dele constam as estratégias de atuação adotadas, as atividades desenvolvidas, dificuldades encontradas, bem como os resultados obtidos no ano de 2015.

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado em junho de 2011 com a finalidade de superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) que foi a campo em 2014 e teve os resultados divulgados em 2015 confirmou aquilo que os dados administrativos do Governo Federal já haviam apontado: o Brasil conseguiu superar a miséria. De acordo com o Banco Mundial, pode-se considerar a extrema pobreza erradicada quando ela está abaixo do patamar de 3% da população. A taxa de extrema pobreza em 2014, com base nas informações da PNAD, foi de 2,5%.

Evolução da pobreza e extrema pobreza no Brasil de 2004 a 2014 (% da população)

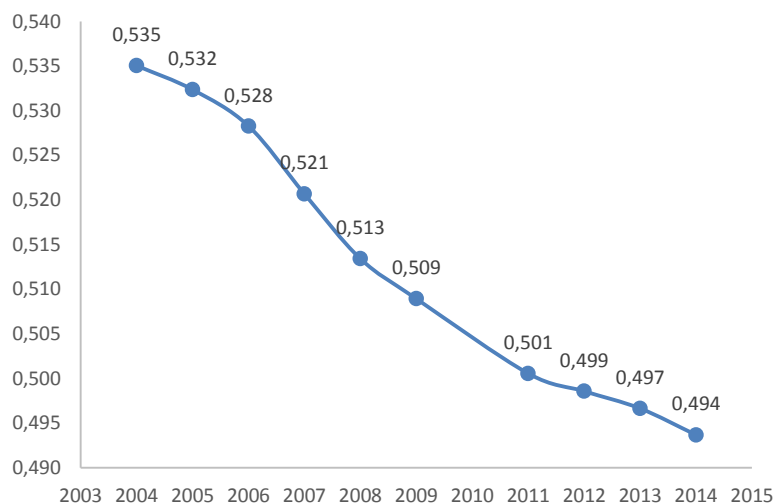


Fonte: PNAD-IBGE 2014. Elaboração: SAGI/MDS.

Assim, no que diz respeito às principais organizações internacionais que acompanham os dados de alimentação e pobreza no mundo, o Brasil saiu tanto do mapa da fome (FAO, 2014) quanto do mapa da miséria.

A queda das taxas de pobreza e extrema pobreza em 2014 ocorreu porque, embora a renda tenha crescido para todos os decis da população, o avanço mais forte ocorreu entre os 10% mais pobres: 6,2%, quase três vezes o aumento observado entre os 10% mais ricos (2,1%). O crescimento mais acentuado entre os mais pobres resultou na redução da desigualdade de renda no país, como mostra o gráfico da evolução do índice de Gini.

Evolução do Índice de Gini - rendimento domiciliar (2004-2014)



Fonte: PNAD-IBGE 2014. Elaboração: SAGI/MDS.

De um ponto de vista multidimensional, ou seja, levando em conta não só a renda, mas outras dimensões da pobreza, a situação do país é ainda melhor: a taxa de pobreza multidimensional chegou a 1% da população em 2014. A metodologia usada para chegar a esse número foi desenvolvida pelo Banco Mundial incluindo, além da renda, informações de outras seis dimensões: educação, acesso à água, saneamento, eletricidade, moradia e bens. Bolsa Família, Água para Todos, Luz para Todos e Minha Casa Minha Vida são alguns dos programas que, articulados sob a ótica da redução da pobreza pelo Plano Brasil sem Miséria, contribuíram para alcançar esse resultado.

Diante desse contexto, o ano de 2015 foi um período de avaliação dos resultados alcançados pelo Plano Brasil sem Miséria no período de 2011 a 2014, conforme será apresentada mais detalhadamente nesse documento.

VISÃO GERAL DA UNIDADE

Os itens da Visão Geral da Unidade: Finalidade e Competências, Ambiente de atuação e Normas e Regulamentação de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade permeiam o conteúdo abaixo sem a divisão por item.

A Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza e o Plano Brasil Sem Miséria

O Plano Brasil sem Miséria (BSM) foi instituído pelo Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, e para sua coordenação foi criada a Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (Sesep), conforme alteração de estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) descrita no Decreto nº 7.493, de 02 de junho de 2011, e modificada posteriormente pelo Decreto nº 7.851, de 30 de novembro de 2012, e pelo Decreto nº 8.218, de 28 de março de 2014.

O BSM está assim situado no referido Decreto:

“Art. 2º - O Plano Brasil Sem Miséria destina-se à população em situação de extrema pobreza.

Parágrafo único. Para efeito deste Decreto considera-se em extrema pobreza aquela população com renda familiar per capita mensal de até R\$ 70,00 (setenta reais).

Art. 3º - São diretrizes do Plano Brasil Sem Miséria:

I - garantia dos direitos sociais;

II - garantia de acesso aos serviços públicos e a oportunidades de ocupação e renda;

III - articulação de ações de garantia de renda com ações voltadas à melhoria das condições de vida da população extremamente pobre, de forma a considerar a multidimensionalidade da situação de pobreza; e

IV - atuação transparente, democrática e integrada dos órgãos da administração pública federal com os governos estaduais, distrital e municipais e com a sociedade.

Art. 4º - São objetivos do Plano Brasil Sem Miséria:

I - elevar a renda familiar per capita da população em situação de extrema pobreza;

II - ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços públicos; e

III - propiciar o acesso da população em situação de extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de inclusão produtiva.”

Sobre as competências desta Secretaria, a referência normativa estabelece:

“Art. 31. À Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza compete:

I - articular, planejar, acompanhar e revisar, em conjunto, com os demais órgãos do Governo Federal os programas e as ações para a superação da extrema pobreza;

II - articular com as demais esferas de governo, com a sociedade civil e demais instâncias multissetoriais do Governo Federal, visando à implementação de ações para superação da extrema pobreza;

III - subsidiar a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação na elaboração de indicadores de desempenho dos programas e projetos de superação da extrema pobreza, para a realização de monitoramento e avaliação;

IV - promover estudos para a formulação de políticas públicas voltadas à superação da extrema pobreza;

V - fomentar, planejar e acompanhar projetos de inclusão produtiva para o público beneficiário dos Programas do Ministério, em articulação com as suas demais unidades; e

VI - incentivar a articulação, o protagonismo e a cooperação do público beneficiário dos Programas do Ministério e suas organizações, nos projetos de inclusão produtiva.”

O Plano Brasil sem Miséria foi lançado com o objetivo de superar a extrema pobreza em território nacional. O primeiro passo foi o estabelecimento de uma linha de extrema pobreza que passou a organizar a priorização que o Estado faria para incluir e apoiar a população extremamente pobre. Adotou-se a mesma linha utilizada pelo Programa Bolsa Família, renda familiar *per capita* de R\$ 70,00 – posteriormente atualizada, em junho de 2014, para R\$ 77,00 *per capita*. Um importante marco do Plano foi alcançado em março de 2013, quando os últimos beneficiários do Programa Bolsa Família que ainda viviam em condição de miséria transpuseram a linha da extrema pobreza. Ao todo, desde o início do Plano, 22 milhões de pessoas superaram tal condição, do ponto de vista da renda.

A renda é um forte indicador da pobreza e foi usada como referência para eleger o público. Mas a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda, como insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário à água, energia elétrica, saúde e moradia. Tendo isso em perspectiva, o Plano Brasil sem Miséria foi organizado em várias dimensões, em especial ampliando o acesso a serviços e oportunidades. Superar a extrema pobreza requeria, portanto, a ação intersetorial do Estado. É por isso que o BSM, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, envolveu 17 ministérios¹ (tendo em referência a reforma ministerial de 2015), além de autarquias, estados e municípios, com a parceria do setor privado e do terceiro setor.

¹ Casa Civil; Secretaria de Governo da Presidência da República; Ministério das Cidades; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Integração Nacional; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Fazenda; Ministério do Trabalho e Previdência Social; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério do Meio Ambiente; Ministério de Minas e Energia; Ministério da Cidadania; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

O BSM reuniu um conjunto de ações já existentes e consolidadas, bem como introduziu iniciativas inéditas, todas voltadas ao objetivo comum da erradicação da extrema pobreza. No âmbito das ações que já estavam em curso, algumas passaram por inovações e outras foram reorientadas com vistas a contribuir para a meta de retirar milhões de pessoas da extrema pobreza em todo o território nacional, em um prazo relativamente curto.

Desse modo, o conjunto de ações do Plano Brasil sem Miséria apresentou, em linhas gerais, as seguintes características principais:

- a) Foco no público extremamente pobre;
- b) Grande escala, de modo a atingir um contingente significativo de população;
- c) Perspectiva nacional (ainda que com destaques regionais), de maneira a alcançar os extremamente pobres de todo o país; e
- d) Estrutura que permita execução ágil, de modo a garantir a tempestividade requerida, dado o prazo de duração do Plano.

A estratégia de coordenação do BSM residia em gestão e acompanhamento intensivos e em articulação das ações e dos programas. O objetivo era a busca pela efetividade do alcance das políticas públicas com foco na população extremamente pobre, respeitando suas particularidades e necessidades, a fim de obter os resultados almejados, resguardando a autonomia e as responsabilidades dos órgãos executores nos âmbitos federal, estadual e municipal e dos parceiros. A estrutura de governança do Plano foi desenhada buscando mais facilidade e eficiência na obtenção das informações e na articulação ministerial, federativa e com os parceiros, com vistas ao alcance dos resultados esperados pelas ações e pelos programas do Plano.

A forte articulação federativa que permeou o Plano foi uma de suas principais características. Todos os estados brasileiros aderiram ao BSM, por meio de pactuação voluntária. Vários estados, inclusive, lançaram planos próprios, potencializando ações que envolvem o governo federal e apresentando ou fortalecendo ações próprias. Com isso, o esforço para superar a extrema pobreza ganhava componentes estaduais com desenhos adaptados às formas nas quais a pobreza se manifestava em cada parte do Brasil, num movimento coordenado sem precedentes em termos de federalismo social.

Iniciativas anteriores ao BSM que vinham apresentando resultados expressivos no combate à pobreza, nas diversas formas em que ela pode se manifestar, foram ampliadas e revigoradas no Plano, como é o caso do Programa Bolsa Família (PBF). Mas o BSM também trouxe novidades, como a Ação Brasil Carinhoso, o Programa Bolsa Verde e o Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

A intersectorialidade construída a partir do Programa Bolsa Família foi paradigmática no Plano, merecendo destaque: os valores do Bolsa Verde e do Fomento às Atividades Produtivas Rurais sendo pagos no mesmo cartão do Bolsa Família; a atuação da rede de saúde, viabilizando o pagamento de benefícios a gestantes; e o

Ministério da Educação (MEC) priorizando escolas com maioria de estudantes do Bolsa Família na expansão do Programa Mais Educação – para citar apenas alguns exemplos.

A Busca Ativa

A escala nacional e o caráter intersetorial e intergovernamental do BSM demandaram uso intensivo das ferramentas e redes existentes, como elementos estruturantes do Plano, com destaque para o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e para a rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Em que pese o sucesso do Cadastro Único na identificação da população de baixa renda, resultado do esforço empreendido pelos três níveis de governo, ainda persistia um percentual de famílias extremamente pobres não alcançado pelo Cadastro. Para que o BSM atingisse a totalidade de seu público-alvo, uma das metas era encontrar e cadastrar todas as famílias extremamente pobres ainda não localizadas por meio da Busca Ativa.

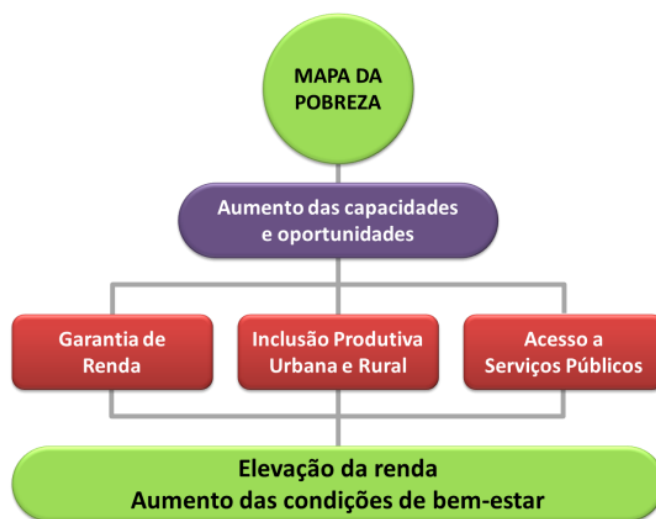
Muitas dessas famílias estavam em áreas isoladas, em bolsões de pobreza dos grandes centros urbanos ou em áreas nas quais é difícil o acesso aos programas e serviços oferecidos pelo poder público. As famílias dificilmente teriam as informações ou os meios para buscar esses programas e serviços, e por isso o Estado não podia adotar uma posição passiva, de esperar que as famílias fossem até ele. A Busca Ativa significava que o poder público é que deveria localizar e alcançar as famílias extremamente pobres, independente de onde elas se encontrassem.

A Busca Ativa foi, então, a estratégia do BSM para encontrar e cadastrar essas famílias mais vulneráveis, saindo da posição passiva tradicional de esperar que elas chegassem até o Estado. Desenvolvida em parceria com os municípios, a estratégia foi impulsionada pela criação de equipes volantes da assistência social e pelo aumento de repasses de recursos do governo federal para as prefeituras.

Os três eixos

O BSM foi organizado em torno de três grandes eixos de atuação, conforme diagrama abaixo (Figura 1). O eixo garantia de renda, relativo às transferências monetárias para alívio imediato da situação de extrema pobreza; o eixo inclusão produtiva, com oferta de oportunidades de qualificação, ocupação e renda ao público-alvo do Plano, para melhorar a inserção no mundo do trabalho, com elevação de renda; e o eixo acesso a serviços públicos, para provimento ou ampliação de ações de cidadania e de bem-estar social.

FIGURA 1 – MAPA DA POBREZA



Fonte: Seseq.

No eixo garantia de renda, destacou-se o Programa Bolsa Família (PBF). O PBF é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias extremamente pobres (com renda mensal de até R\$ 77,00 por pessoa) ou pobres (com renda mensal de R\$ 77,00 a R\$ 154,00 por pessoa) com condicionalidades de saúde e educação. Se por um lado o dinheiro traz alívio imediato à situação de pobreza, por outro lado as condicionalidades ajudam a romper o ciclo intergeracional da pobreza.

A partir do lançamento do BSM, o PBF passou por importantes aperfeiçoamentos, como o aumento do limite de benefícios a crianças e adolescentes e o início do pagamento de benefícios variáveis à nutriz e à gestante. Em 2012, o Brasil Carinhoso, criado no âmbito do BSM, modificou a lógica de funcionamento do Bolsa Família. Com a introdução de um novo benefício, que varia de acordo com a intensidade da pobreza de cada família, garantiu-se que se superasse o patamar da extrema pobreza, de 70 reais mensais; sendo que a partir de junho de 2014 o valor subiu para R\$77,00 mensais por pessoa.

No início, o Brasil Carinhoso era destinado às famílias com pelo menos um filho de até 15 anos. Porém em 2013 o Brasil sem Miséria estendeu esse novo benefício a todas as famílias do Bolsa Família que ainda estavam na extrema pobreza,. Com todas essas medidas foi possível retirar mais de 22 milhões de pessoas da miséria, desde o começo do Plano.

Há também o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante o pagamento mensal de um salário mínimo ao idoso (com 65 anos ou mais) e à pessoa de qualquer idade com deficiência de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, possibilitando condições mínimas de uma vida digna e independente para essas pessoas.

No eixo inclusão produtiva, em sua vertente urbana, o objetivo foi aproveitar a comprovada disposição do público do BSM para o trabalho e promover a sua qualificação profissional e o acesso a outras políticas do setor. Assim, aumentou-se a inserção no mundo do trabalho, com elevação de renda e ampliação de direitos, incluindo o acesso à seguridade social. Como reflexo dessa estratégia, um estudo realizado pelo MDS identificou que as pessoas com perfil CadÚnico e beneficiários PBF que realizaram cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) obtiveram crescimento de sua inserção no mercado de trabalho formal, com incremento da ordem de 64,8% e 120,6%, respectivamente².

As prioridades da inclusão produtiva urbana para o quadriênio 2015-2018 passaram a ser (a) a melhoria da transição escola-trabalho, (b) o apoio ao empreendedorismo, (c) a ampliação da qualificação profissional e a (d) ampliação ao microcrédito produtivo orientado. Para tanto, foram articuladas parcerias: (a) com Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), para aumentar a inserção de jovens inscritos no CadÚnico e beneficiários do PBF no Programa de Aprendizagem Profissional (voltado para jovens entre 14-24 anos); (b) com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e com a Secretaria Especial para Micro e Pequenas Empresas (SMPE), para desenhar metodologia de assistência técnica urbana voltada para microempreendedores individuais, inclusive aqueles inscritos no Cadastro Único e beneficiários do PBF; (c) com o Sebrae, a SMPE e o Ministério da Educação (MEC), para desenhar e testar cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) “Gestor/MEI” no âmbito do Pronatec, para aprimorar as capacidades gerenciais dos microempreendedores individuais; e (d) com o MTPS e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para aprimorar a legislação do microcrédito produtivo orientado e promover sua oferta aos empreendedores em situação de pobreza inscritos no Cadastro Único. Além disso, articulou-se a continuidade da oferta de cursos Formação Inicial e Continuada (FIC) no âmbito do Pronatec para o público inscrito no Cadastro.

De acordo com o Censo de 2010, embora apenas 15% dos brasileiros vivessem na zona rural, quase metade da população em extrema pobreza estava no campo. Daí a importância de ações de inclusão produtiva rural que ajudassem as famílias em extrema pobreza a produzir mais e melhor e a comercializar seus produtos.

Para apoiar a estruturação da produção familiar, o Plano ofereceu assistência técnica ao agricultor que era extremamente pobre antes do Plano, sementes de qualidade e recursos para a aquisição de equipamentos e outros insumos – aumentando a quantidade e a qualidade da produção. A venda da produção excedente foi viabilizada por meio de compras públicas e privadas. O acesso à água de qualidade para consumo e produção e à energia elétrica também foi fundamental para melhorar a vida e as condições de trabalho no campo, e por isso teve especial atenção no BSM.

Por fim, o eixo acesso a serviços públicos tratou do provimento, da ampliação e da qualificação dos serviços e das ações de cidadania e bem-estar social, com foco no público que vivia em extrema pobreza. As localidades onde havia deficiência na oferta

² Fonte: Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate nº. 24, “Inclusão Produtiva Urbana: o que fez o Pronatec/Bolsa Formação entre 2011-2014”.

foram mapeadas, permitindo ao BSM atuar nas regiões que mais careciam de Unidades Básicas de Saúde (UBS), de escolas de educação integral e de centros de atendimento da assistência social. Além de ampliar a rede de atendimento nessas áreas, o Plano permitiu ofertar mais e melhores serviços a quem mais precisava deles. Deu atenção especial a crianças, jovens, mulheres, negros, populações em situação de rua, catadores de material reciclável, índios, povos e comunidades tradicionais e outros grupos em situação de vulnerabilidade social que faziam parte do público-alvo do Plano.

Por ser o BSM um Plano transversal, suas ações não coincidiam com a estrutura de programas e ações do Plano Plurianual (PPA), podendo perpassar ações de vários órgãos, assim como contemplar apenas metas parciais de algumas ações.

Diante disso, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) criou o Plano Orçamentário (PO24), que possibilitou a utilização de um marcador específico capaz de agregar diferentes ações orçamentárias sob a égide do BSM. A partir desse indicador foi possível um melhor acompanhamento das ações orçamentárias do BSM, desde a proposta encaminhada pelas Unidades Orçamentárias envolvidas até a execução das despesas correspondentes. Essa medida foi importante porque melhorou as condições de monitoramento, a despeito das ações serem executadas por diversos órgãos.

A marcação por PO possibilitou à Sesep e à SOF: (1) padronizar a marcação das ações orçamentárias a partir de decisões tomadas pelas instâncias coordenadoras do Plano, conforme regulamentação instituída pelo Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, impedindo que diferentes critérios fossem utilizados pelos diferentes órgãos; e (2) reconhecer automaticamente qualquer pedido de inclusão, exclusão ou qualquer alteração no valor orçamentário de ações identificadas com o marcador do PO “Brasil sem Miséria”.

Algumas ações não foram assim identificadas no Orçamento Geral da União. Trata-se de ações que possuem abrangência para além do público-alvo do BSM em razão do seu caráter universal. Isso se verificou, principalmente, nas ações de saúde e educação, cujo alcance transcende o público do BSM, garantindo o atendimento também ao público em extrema pobreza, mesmo que não exista componente desenhado especificamente para esse segmento.

Como exemplo, na área da saúde tem-se a ação de construção, reforma ou ampliação de UBS. A ação fez parte do Plano por priorizar a expansão de equipamentos em áreas com grande concentração de extrema pobreza. Entretanto, a ação não foi identificada no Orçamento como parte do BSM por não estar restrita a essas áreas, bem como por oferecer atendimento universal e não somente ao público em extrema pobreza.

No âmbito da educação, cita-se o Programa Mais Educação, que oferece educação em período integral em escolas de todo o país. Com a criação do Plano Brasil sem Miséria, o Mais Educação passou a priorizar escolas com maioria de alunos do Programa Bolsa Família sem, contudo, limitar-se a essas instituições de ensino.

De maneira inversa, há programas que constaram do Orçamento com marcação BSM, ainda que o público beneficiário não fosse exclusivamente da extrema pobreza. É o caso do Programa Bolsa Família, que atende famílias pobres e extremamente pobres. A marcação como BSM da totalidade da ação justifica-se pela volatilidade da renda do público-alvo do Bolsa Família, que frequentemente transita entre as situações de pobreza e extrema pobreza.

Vale mencionar, ainda, as políticas, as ações e os programas que, embora desenvolvidos e executados paralelamente ao Plano Brasil sem Miséria, tiveram efeitos importantes em termos de redução da extrema pobreza. A partir de uma interpretação mais ampla, portanto, podem ser considerados como parte do esforço para superação da pobreza extrema.

São exemplos desse conjunto de políticas o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que transfere um Salário Mínimo (SM) para idosos e pessoas com deficiência que são membros de famílias com renda per capita de até um quarto do SM; o Programa Minha Casa Minha Vida e; o Programa Luz para Todos; além de programas integrantes de outros grandes planos estruturantes, como as obras de saneamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O acompanhamento dessas ações paralelas foi restrito à avaliação da execução física, através de informações obtidas com os próprios órgãos executores e/ou coordenadores. Nesse caso, os dados de interesse para o Plano Brasil sem Miséria não se relacionavam com a execução orçamentária, mas sim com a verificação das parcelas da população em extrema pobreza atendidas.

Ainda que a responsabilidade de coordenação e monitoramento das diversas ações realizadas no âmbito do BSM por seus diversos parceiros esteja localizada nesta Secretaria, as ações vinculadas a programas temáticos de responsabilidade desta UJ são apenas duas³:

- a) 20GG – Fomento, Capacitação Ocupacional, Intermediação e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores – Plano Brasil sem Miséria.
- b) 20TR – Apoio à Manutenção da Educação Infantil.

A Ação “20GG – Fomento, Capacitação Ocupacional, Intermediação e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores – Plano Brasil sem Miséria” consiste na articulação de ações de inclusão produtiva para o público do BSM, com vistas a promover sua inserção digna no mundo do trabalho. Para tanto, o MDS atuou intersetorialmente estruturando parcerias com órgãos federais, governos estaduais, prefeituras municipais e entidades parafiscais, viabilizando o acesso a oportunidades de qualificação profissional; formalização e assistência técnica a microempreendedores individuais; apoio a empreendimentos solidários; e acesso à intermediação de mão de obra para o público do BSM.

³ A ação “20GH – Orientação Profissional e Intermediação de Mão de Obra – Plano Brasil sem Miséria” foi unificada na ação 20GG para 2013 e 2014.

A Ação “20TR – Apoio à Manutenção da Educação Infantil” trata da transferência de recursos correspondentes a 50% do valor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para municípios e Distrito Federal, para cada vaga em creche ocupada por criança de família beneficiária do Bolsa Família, entre 0 e 48 meses. Seu objetivo foi elevar a qualidade e o acesso ao atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão da educação básica nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados.

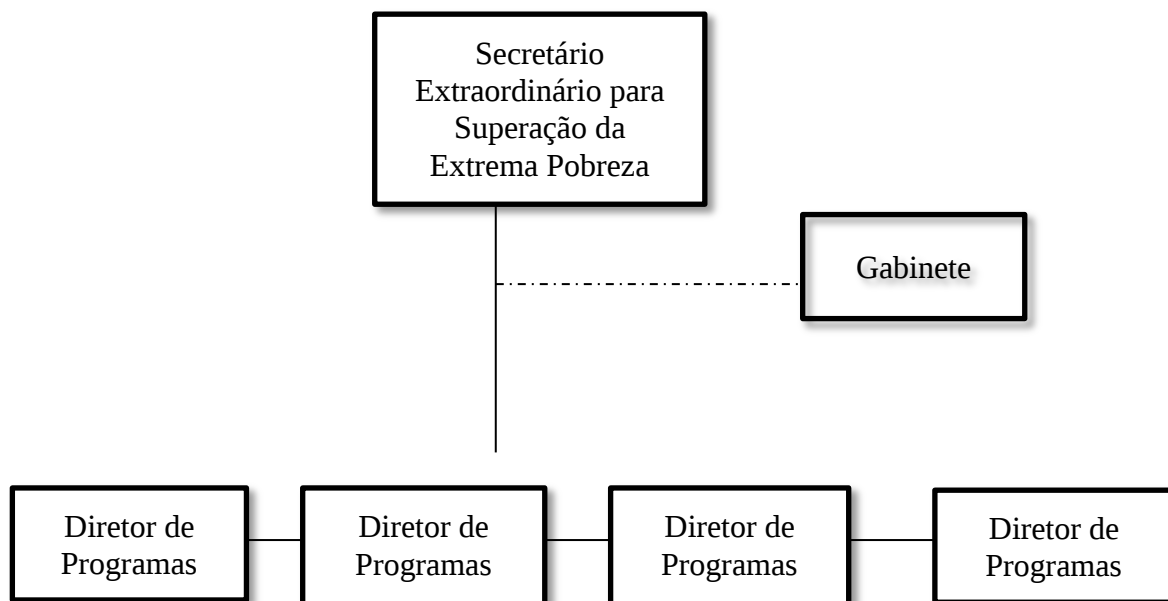
Em 2015, foi publicada a Medida Provisória (MP) n.º 705 de 23 de dezembro de 2015 e o Decreto 8.619 de 29 de dezembro de 2015. O novo normativo aperfeiçoa a MP, restringindo o pagamento apenas para municípios que ampliaram o número de crianças em creche e considerando o saldo em conta dos recursos transferidos anteriormente.

Organograma

Nos termos do Decreto n.º 8.218, de 28 de março de 2014, que alterou os Decretos n.º 7.851, de 30 de novembro de 2012, e n.º 7.493, de 2 de junho de 2011, a Sesep apresenta a seguinte estrutura:

FIGURA 2 - ORGANOGRAMA SESEP

Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza



Descrição das competências:

O Decreto nº 8.218, de 28 de março de 2014, alterou o quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do MDS, modificando os Decretos nº 7.851, de 30 de novembro de 2012, e nº 7.493, de 2 de junho de 2011.

De acordo com o Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011:

“Art. 31. À Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza compete:

I - articular, planejar, acompanhar e revisar, em conjunto, com os demais órgãos do Governo Federal os programas e as ações para a superação da extrema pobreza;

II - articular com as demais esferas de governo, com a sociedade civil e demais instâncias multissetoriais do Governo Federal, visando à implementação de ações para superação da extrema pobreza;

III - subsidiar a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação na elaboração de indicadores de desempenho dos programas e projetos de superação da extrema pobreza, para a realização de monitoramento e avaliação;

IV - promover estudos para a formulação de políticas públicas voltadas à superação da extrema pobreza;

V - fomentar, planejar e acompanhar projetos de inclusão produtiva para o público beneficiário dos Programas do Ministério, em articulação com as suas demais unidades; e

VI - incentivar a articulação, o protagonismo e a cooperação do público beneficiário dos Programas do Ministério e suas organizações, nos projetos de inclusão produtiva.”

De acordo com a Portaria nº 120, de 12 de junho de 2012, que aprova o Regimento Interno do MDS (Anexo VIII), compete ao Secretário Extraordinário para Superação da Extrema Pobreza (Art. 6º):

“I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades e projetos das respectivas unidades organizacionais da Secretaria;

II - assessorar o Ministro de Estado nas questões inerentes à fixação de políticas e diretrizes, nos assuntos de competência da Secretaria;

III - submeter ao Ministro de Estado os planos, programas e relatórios da Secretaria;

IV - aprovar e submeter à apreciação do órgão competente as propostas consolidadas da Secretaria, relativas ao Plano Plurianual e às programações orçamentária e operacional;

V - apresentar, ao órgão competente, relatórios das atividades desenvolvidas pela Secretaria;

VI - homologar parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênio, ajuste, contrato e acordo que envolvam assuntos da Secretaria, consoante normas específicas;

VII - coordenar as ações da Secretaria, quando de atuação junto aos organismos e fóruns internacionais;

VIII - propor viagens de servidores da Secretaria, em objeto de serviço, para todo o

território nacional e internacional;

IX- praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências da Secretaria.”

Em relação aos Diretores de Programa e aos Gerentes de Projetos, o Art. 83 do Regimento Interno do MDS estabelece as competências de planejar, dirigir, coordenar, orientar e controlar a execução das atividades que lhes forem atribuídas pelo seu superior hierárquico. Três dos diretores têm sob sua responsabilidade as ações referentes a um dos três eixos do BSM. A quarta diretoria é responsável por relações institucionais.

A diretoria que coordena o eixo de renda e acesso a serviços acompanha as ações da Assistência Social; coordena a ação Brasil Carinhoso – área da educação (suplementação do MDS de 50% dos valores já repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação – FNDE – às creches conveniadas ao MEC); acompanha o Programa Mais Educação (ampliação da pauta com foco em melhoria de implementação), o Bolsa família, a Busca Ativa, o Programa Crescer e o Minha Casa Minha Vida. Na área da saúde, a diretoria acompanha as UBSs (novas construções e

ampliações); o Programa Saúde na Escola (PSE) – (universalização e expansão para pré-escolas e creches); e coordena a ação Brasil Carinhoso, no âmbito da saúde, que trata os males que mais prejudicam o desenvolvimento na primeira infância. Destaca-se que foi utilizada uma estratégia específica para cada ação.

Uma das ações do Brasil sem Miséria é a ação de creches do Brasil Carinhoso, prevista no Art. 4º da Lei 12.722. O Art 6º da referida lei prevê que o conjunto dos Ministros de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Educação disporá sobre o acompanhamento da implementação do apoio financeiro suplementar de que trata o Art. 4º. Em setembro de 2014 foi publicada a Portaria Interministerial MEC/MDS n.º 2, de 16 de setembro, dispondo sobre o acompanhamento e a implementação da transferência obrigatória de recursos aos Municípios e ao Distrito Federal a título de apoio financeiro suplementar à manutenção e ao desenvolvimento da educação infantil, para o atendimento em creches de crianças de 0 a 48 meses informadas no Censo Escolar da Educação Básica, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, de que trata o art. 4º da Lei nº 12.722, de 2012.

A portaria estabelece uma Comissão Interministerial para realizar tal acompanhamento, composta por dois membros da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e dois membros do MDS, sendo um da sua Secretaria Executiva e um da Sesp. A Comissão Interministerial tem as seguintes atribuições:

- I - acompanhar a implementação do apoio financeiro suplementar de que trata a Portaria;
- II - definir e divulgar o rol de despesas que poderão ser realizadas com os recursos repassados pelo FNDE;
- III - manifestar-se acerca do cumprimento do objeto dos repasses realizados pelo FNDE, baseado nos pareceres encaminhados pelos conselhos incumbidos pelo acompanhamento e controle social da transferência e aplicação dos recursos, na forma prevista no art. 9º da Lei nº 12.722, de 2012; e
- IV - sempre que necessário, manifestar-se acerca de questionamentos, divergências ou alegações apresentadas em relação ao cumprimento do objeto dos repasses pelos entes beneficiários.

O eixo de inclusão produtiva rural é coordenado pela diretoria que acompanha temas como Apoio à Produção e Comercialização, Programa Água para Todos, Programa Bolsa Verde, ações voltadas para Assentados da Reforma Agrária e Acampados e também para Povos e Comunidades Tradicionais e o Programa Luz para Todos.

No que diz respeito ao eixo de inclusão produtiva urbana, a diretoria por ele responsável promove a articulação intersetorial de oportunidades de inclusão produtiva urbana para o público do BSM. A partir da identificação de programas e ações passíveis de fomentar a inserção do público do BSM no mundo do trabalho, são negociadas eventuais adaptações técnico-orçamentárias no desenho operacional junto aos órgãos responsáveis pelos programas ou pelas ações e definidas, conjuntamente, estratégias para sua disponibilização ao público. Os temas abrangidos pela área são qualificação

profissional, empreendedorismo individual, economia solidária, intermediação de mão de obra e microcrédito produtivo orientado.

Já a diretoria responsável pelas relações institucionais na Sesep responsabiliza-se pela: (1) articulação com estados e municípios no intuito de apoiá-los na execução de ações do BSM e na concepção de estratégias próprias para a superação da miséria, alinhadas aos planos Federal e estaduais, observando as especificidades das manifestações da pobreza em cada localidade; (2) assessoramento em assuntos internacionais e de comunicação, elaboração, edição de textos e publicações e atividades diversas; (3) relacionamento com o setor privado, em parceria com a Diretoria de Inclusão Produtiva Urbana (Dipu); (4) disseminação de informações, prestação de contas, compartilhamento de experiências e promoção do debate com a sociedade civil sobre o andamento das ações que compõem o BSM, ampliando o envolvimento e a participação social.

A participação em nível local é crucial para o combate à pobreza. É nas cidades que as políticas são executadas e que a sociedade acompanha e fiscaliza o impacto na vida das pessoas. Cada política pública tem suas instâncias de participação, mas é preciso um olhar intersetorial que permita explorar a sinergia entre as ações. O município, com apoio estadual e federal, tem papel central nesse arranjo.

No que diz respeito às políticas sob encargo do MDS, há conselhos com participação da sociedade civil e do governo em duas áreas. Na assistência social, os conselhos estão presentes nos 5.570 municípios do país, em todos os 26 estados e no DF. No caso da segurança alimentar e nutricional, há conselhos em 1.632 municípios, nos 26 estados e no DF. Em ambas as áreas também há conselhos nacionais. Todos eles se reúnem periodicamente e realizam conferências a cada 2 anos. Mas há várias outras áreas de suma importância no enfrentamento à pobreza, como saúde, educação, trabalho e habitação, sob responsabilidade de outros ministérios.

Além disso, sempre que instada, a Sesep faz apresentações e debates sobre o BSM em congressos, seminários e, especialmente, em Conselhos e Conferências, incluindo o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf); o Conselho Nacional de Saúde (CNS); o Conselho Nacional de Educação (CNE); o Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social (Fonseas); o Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social (Congemas); e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Todas as atividades das diretorias são desempenhadas de forma integrada com o núcleo de Análises e Informações que, além de prestar assessoria, é responsável pela apresentação de relatórios gerenciais e pela manutenção dos sistemas e das bases de dados que são utilizados no monitoramento e acompanhamento do Brasil sem Miséria.

No Quadro 1 que segue, destacam-se as subunidades estratégicas da Sesep, especificando sucintamente as principais competências, o titular responsável pela área, o cargo e o seu período de atuação.

Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas				
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Gabinete	Apoio administrativo; Interlocução com órgãos de controle, canais de atendimento e gerenciamento dos Acordos de Cooperação com organismos internacionais; Assessoria ao Secretário; Assessoria para organização de eventos da Secretaria; Publicações; Boletins; Revisão de textos.	Aline Diniz Amaral	Chefe de Gabinete	02/04/2013 até os dias atuais;
Diretoria de Renda e Acesso a Serviços	Eixo renda e acesso a serviços – área da educação. Coordenação e monitoramento de Salas de Situação de ações como Brasil Carinhoso, Assistência Social e Saúde. Acompanhamento de ações como Busca Ativa, Bolsa Família e Crescer. Geração e análise de informações (Relatórios, Avaliação de Resultados).	Rafael d'Aquino Mafra	Diretor	17/06/2013 até os dias atuais;
Diretoria de Inclusão Produtiva Rural	Coordenação e monitoramento do eixo de inclusão produtiva rural, que compreende as Salas de Situação de ações como Programa Água para Todos, Apoio à Produção e Comercialização, Assalariados Rurais, Assentamentos e Bolsa Verde. Acompanhamento de ações como Luz para Todos; Geração e Análise de Informações (Relatórios, Avaliação de Resultados).	Janine Mello dos Santos	Diretora	28/02/11 até os dias atuais;
Diretoria de Inclusão Produtiva Urbana	Articulação com os Ministérios, Governos Estaduais, Prefeituras Municipais e instituições parceiras para articulação de oferta de ações de inclusão produtiva direcionado ao público inscrito no CADUNICO e beneficiários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com destaque para qualificação profissional (Pronatec e Aprendizagem Profissional), empreendedorismo (Microempreendedor Individual), microcrédito produtivo orientado (Programa Crescer e Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado/PNMPO), intermediação de mão de obra e economia solidária.	Luiz Herberto Müller	Diretor	13/10/2011 até os dias atuais;
Diretoria de Relações Institucionais	Apoio e articulação com estados e municípios na implantação de estratégias do Plano BSM;	Patricia Vieira da Costa	Diretora	14/04/2014 até janeiro de 2016;

	Promoção de debates e prestação de contas para a Sociedade Civil; Assessoria em assuntos Internacionais e em outros temas; Elaboração de textos, cartilhas e artigos.			
--	---	--	--	--

Fonte: Sesep.

Macroprocessos finalísticos

A Seseep, conforme fica evidenciado em suas atribuições regimentais descritas anteriormente, não assumiu a execução das ações finalísticas que compõem o Plano Brasil sem Miséria. Sua atuação teve foco na coordenação intersetorial dessas ações, operacionalizadas por vários ministérios, além de autarquias, estados e municípios. A articulação e a integração de ações estão na própria razão de ser da Seseep, que buscou, por meio da intersectorialidade, sinergias que permitiram atender às famílias extremamente pobres de forma mais efetiva. Sendo a pobreza um fenômeno multidimensional, as famílias extremamente pobres requerem uma atenção integral, apoiada em diferentes ações. Superar a extrema pobreza demanda, como já mencionado, a ação articulada de diferentes setores e ministérios e a integração de diferentes programas.

Abaixo são apresentados os macroprocessos sobre os quais incidiu o trabalho de coordenação da Seseep. Apesar de estarem interligados, eles foram divididos em eixos para melhor visualização.

A norma que criou o Brasil Sem Miséria (Decreto 7.492/11) definiu o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal como instrumento básico para identificação do público e planejamento das ações do Plano. A utilização dessa ferramenta de alcance nacional perpassa todos os eixos do BSM.

Quadro 2 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição sucinta da condução dos Macroprocessos e Principais Programas envolvidos	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Coordenação e Monitoramento de Ações de Inclusão Produtiva	Divide-se em duas vertentes: urbana e rural. Em sua vertente urbana, destacam-se a qualificação profissional (Pronatec, Aprendizagem Profissional; Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho); o apoio ao empreendedorismo (fortalecimento das capacidades gerenciais do Microempreendedor Individual) e acesso dos empreendedores pobres ao microcrédito produtivo orientado (Programa Crescer e PNMPO). O	Pessoas qualificadas para melhor inserção no mundo do trabalho. Melhoria das condições de produção para o trabalhador rural.	Trabalhadores e microempreendedores inscritos no CadÚnico e/ou beneficiários do Programa Bolsa Família. Os municípios e empresas locais também se beneficiam por terem mão de obra qualificada	Diretoria de Programas responsável pela coordenação de ações de inclusão produtiva urbana.

	governo federal, junto com estados e prefeituras, levanta o conjunto de oportunidades disponíveis nas cidades para incluir produtivamente as famílias. Na vertente rural, destaca-se a assistência técnica ao agricultor extremamente pobre, a provisão de sementes de qualidade e de recursos para a aquisição de equipamentos e outros insumos, por meio de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e do Programa de Fomento de Atividades Produtivas Rurais. A venda da produção excedente é viabilizada por compras públicas e privadas, especialmente por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os Programas Água para Todos e Luz para Todos promovem o acesso à água de qualidade, para consumo e produção, e à energia elétrica, fundamental para melhorar as condições de trabalho no campo. Há ainda o Programa Bolsa Verde, pioneiro em alinhar a luta pela superação da pobreza em áreas rurais à conservação do meio ambiente.		de acordo com a vocação econômica local. Pequenos agricultores familiares que estariam na extrema pobreza se não fizessem parte do Bolsa Família. População rural, extrativistas.	Diretoria de Acompanhamento de Programas responsável pela coordenação de ações de inclusão produtiva rural.
Coordenação e Monitoramento das Ações de Garantia de Renda	O Brasil Carinhoso ampliou o PBF mediante a criação do Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP), destinado às famílias que, mesmo após receberem o benefício do PBF, não conseguiam cruzar a linha de extrema pobreza, fixada em R\$ 70,00 <i>per capita</i> e atualizada para R\$ 77,00 em junho de 2014. Inicialmente, a Ação Brasil Carinhoso contemplou famílias com crianças de 0 a 6 anos; no final de 2012, foi estendida a todas as famílias com crianças e adolescentes de até 15 anos. A partir de março de 2013, o BSP passou a ser pago a todas as famílias beneficiárias do PBF (independentemente de haver crianças em sua composição) que, mesmo recebendo outros benefícios do Programa, permaneciam em situação de extrema pobreza.	Superação da extrema pobreza do ponto de vista monetário, com garantia de renda mínima de R\$ 77,00 per capita a todas as famílias beneficiárias do PBF.	Famílias que anteriormente estavam na extrema pobreza, considerado o limite de R\$ 77 <i>per capita</i>.	Diretoria de Programas responsável pela coordenação de ações de transferência de renda e acesso a serviços em parceria com a diretoria de programas responsável pela coordenação federativa e institucional.
Coordenação e Monitoramento das Ações voltadas à promoção do Acesso a serviços	Para além da articulação e do fomento dos programas já existentes, voltados à promoção do acesso a serviços, a Sesep auxiliou no mapeamento das regiões que mais carecem de Unidades Básicas	Ampliação de oferta de vagas em creches para os beneficiários do PBF e equipamentos	Crianças, adolescentes e jovens carentes e suas famílias.	Diretoria de Programas responsável pela coordenação de ações de transferência de

públicos nas áreas de saúde, educação e assistência social	de Saúde (UBS), creches, escolas de educação integral e centros de atendimento da assistência social (Cras e Creas). A ação Brasil Carinhoso, além da criação do BSP, no âmbito do PBF, fomenta desde 2012 a ampliação da oferta de vagas em creches e pré-escolas, aumentando os recursos federais à disposição das prefeituras. Expandiu a oferta de medicamentos e serviços voltados para as crianças na primeira infância, por meio da rede de Atenção Básica em Saúde, para prevenir os problemas que mais afetam o desenvolvimento infantil. Além disso, a Sesepe atua junto aos estados e municípios a fim de estimular a adesão dos municípios não só ao Brasil Carinhoso (vertentes educação e saúde) como também à escola em tempo integral, por meio do Mais Educação.	públicos de saúde e assistência social.		renda e acesso a serviços.
Coordenação e Monitoramento de Ações de Busca Ativa	Mobilização e articulação, em parceria com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), de ações voltadas à Busca Ativa. Embora a Busca Ativa não constitua um dos três eixos do BSM, ela é fundamental para assegurar que as ações do Plano cheguem a todos que precisam. Partindo do pressuposto de que as famílias ainda não incluídas no Cadastro Único são famílias em situação de maior vulnerabilidade, essa estratégia é desenvolvida junto aos municípios e impulsionada pela criação de equipes volantes da assistência social e pelo aumento de repasses de recursos do Governo Federal para a área de assistência social das prefeituras.	Localização das famílias extremamente pobres para sua inclusão no Cadastro Único e nos programas aos quais ele dá acesso.	População pobre ou extremamente pobre ainda não incluída no Cadastro Único e, por conseguinte, privada do acesso aos programas sociais que o utilizam como instrumento de identificação e seleção de beneficiários.	Todas as Diretorias.

Fonte: Sesepe.

Para o monitoramento da totalidade das ações coordenadas pelo Plano Brasil sem Miséria, foram selecionadas algumas ações prioritárias, a partir de definições do seu Comitê Gestor e do Grupo Interministerial de Acompanhamento.

A atribuição de monitoramento dos resultados em busca do atingimento das metas estabelecidas pelo Brasil sem Miséria permaneceu como um dos elementos centrais nas atividades executadas. As ações priorizadas tiveram um acompanhamento mais intenso, com coletas de informações periódicas, e os resultados verificados passaram a estar necessariamente presentes nos relatórios de monitoramento tornados públicos. Para as outras ações, os processos de monitoramento puderam ser mais ou menos intensificados de acordo com avaliações de situação e de risco.

Abaixo, as ações que foram priorizadas, com o respectivo detalhamento da condução do monitoramento no exercício de 2015 considerando:

- **Descrição da intervenção:** escopo definido para a ação no âmbito do Plano Brasil sem Miséria.
- **Método de monitoramento:** para todas as ações, alternância entre o modelo de Sala de Situação e os métodos de Acompanhamento de Informações. A Sala de Situação está descrita adiante, no item 2.1, na parte em que é detalhada a estrutura de governança do BSM. Em relação ao método simplificado de Acompanhamento de Informações, o monitoramento é baseado em informações padronizadas, coletadas em periodicidade específica. A partir da análise das informações recebidas, pode ser disparado um processo de monitoramento *ad hoc*, por meio de telefonemas ou reuniões pontuais. Tal metodologia de monitoramento é mais rápida e precisa, utilizada em ações que já possuem rituais de gestão estabelecidos com ferramentas próprias (Busca Ativa e Bolsa Família), ou são compreendidas pelo monitoramento de outros programas, como o PAC no caso do Programa Minha Casa Minha Vida.
- **Dados de entrada:** informações coletadas no início da definição da intervenção e condições para que a intervenção e o monitoramento fossem realizados.
- **Processos de monitoramento:** descrição da análise realizada e das principais variáveis a serem consideradas na avaliação de situação de cada ação.
- **Produtos/Resultados observados:** cumprimento da meta estipulada.

A seguir, a lista contendo os pontos supracitados para as sete ações prioritárias: Busca Ativa, Bolsa Família, Pronatec, Inclusão no Campo (Ater, Sementes, Fomento), Água para Todos, Bolsa Verde e Suplementação do Valor repassado a creches.

Ação: Busca Ativa

Responsável: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc/MDS).

Descrição da Intervenção: localizar e cadastrar as famílias extremamente pobres – com renda mensal per capita de até R\$70,00 – e então conceder os benefícios do programa Bolsa Família (e eventualmente inclusão em outros programas aos quais o Cadastro Único dá acesso). Em junho de 2014 a linha da pobreza foi alterada e as condições de elegibilidade passaram de R\$140,00 mensais *per capita* para R\$154,00 *per capita* com presença de crianças ou adolescentes, ou renda inferior a R\$77,00 (extrema pobreza), ao invés de R\$70,00, independente da composição familiar.

Método de monitoramento: Acompanhamento de Informações, por meio de planilhas mensais com detalhamento municipalizado.

Dados de entrada:

- Número de famílias extremamente pobres cadastradas desde junho/2011, recebendo os benefícios do PBF, por município – mensal.

Processo de monitoramento:

- Recebimento das informações de realização física.
- Análise com vistas à verificação do atingimento da meta física.
 - Curva de evolução nacional;

- Identificação regional ou por Unidade da Federação (UF) de destaques de performance (negativo e positivo);
- Envio da informação municipalizada aos relatórios e sistemas de monitoramento:
 - Relatórios padronizados para Secretário, Ministra e Gabinete da Presidência da República (PR);
 - Sistema Monib (Painel de Monitoramento do Brasil Sem Miséria), BSM no seu Município;
 - Sistema de Gestão de Informações (SGI);
- Comparação entre execução física e orçamentária (empenho, liquidação e pagamento);

Resultados observados: 316,2 famílias incluídas no Cadastro Único por meio da Busca Ativa no ano de 2015 e 1,69 milhão de famílias incluídas entre 2011 e 2015.

Ação: Bolsa Família

Responsável: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc/MDS).

Descrição da Intervenção: conceder benefícios do Programa Bolsa Família às famílias que atendam as condições de elegibilidade (renda inferior a R\$ 140,00 mensais per capita com presença de crianças ou adolescentes, ou renda inferior a R\$ 70,00, independente de sua composição), assegurando o acesso à educação e saúde, por meio das condicionalidades. Conforme mencionado anteriormente, esses valores foram alterados, em junho de 2014, para R\$154,00 *per capita* e R\$77,00 *per capita*, respectivamente.

Método de monitoramento: Acompanhamento de informações por meio de planilhas mensais com detalhamento municipalizado.

Dados de entrada:

- Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).
- Valor total, em Reais (R\$), do repasse do Programa Bolsa Família, feito diretamente às famílias beneficiárias.
- Total de benefícios básicos, que são pagos às famílias com renda per capita de até R\$ 70,00, e a partir de junho de 2014, de até R\$77,00.
- Total de benefícios variáveis pagos às famílias pobres com renda mensal de até R\$ 140,00 por pessoa (R\$ 154,00 a partir de junho de 2014), desde que tenham crianças de até 6 anos.
- Total de benefícios variáveis pagos às famílias pobres com renda mensal de até R\$ 140,00 por pessoa (R\$ 154,00 a partir de junho de 2014), desde que tenham crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos.
- Total de Benefícios Variáveis Jovem, que são pagos às famílias pobres, com renda mensal de até R\$ 140,00 por pessoa (R\$ 154,00 a partir de junho de 2014), desde que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos frequentando a escola.
- Total de Benefícios Variáveis à Gestante, pagos às famílias pobres, com renda mensal de até R\$ 140,00 por pessoa (R\$ 154,00 a partir de junho de 2014), desde que tenham gestantes.
- Total de Benefícios Variáveis Nutriz, pagos às famílias pobres, com renda mensal de até R\$ 140,00 por pessoa (R\$ 154,00 a partir de junho de 2014), desde que tenham nutrízes.
- Total de Benefícios para Superação da Extrema Pobreza (BSP): é pago um valor adicional para retirar da extrema pobreza todas as famílias beneficiárias do PBF que, mesmo recebendo outros benefícios do Programa, permaneçam nessa situação.

- Valor total, em Reais (R\$), do repasse do Programa Bolsa Família, feito diretamente às famílias beneficiárias, referente ao Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP).

Processo de monitoramento:

- Recebimento das informações.
- Análise com vistas ao atingimento da meta.
 - Curva de evolução nacional;
 - Identificação regional ou por UF de destaques de desempenho (negativo e positivo);
- Envio da informação municipalizada aos relatórios e sistemas de monitoramento:
 - Relatórios padronizados para Secretário, Ministra e Gabinete da PR;
 - Sistema Monib, BSM no seu Município;
 - Sistema de Gestão de Informações (SGI);

Resultados observados: 13,9 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família em 2015 e 22 milhões de pessoas que superaram a extrema pobreza entre 2011 e 2015.

Ação: Pronatec

Responsável: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC).

Descrição da Intervenção: ofertar gratuitamente cursos profissionalizantes de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária de 160 a 400 horas, para maiores de 16 anos de idade.

Método de monitoramento: Acompanhamento de informações, por meio de sistema disponibilizado pelo MEC – Sistema de Pré-matrículas do Pronatec (SPP).

Dados de entrada:

- Lista de pessoas matriculadas no Pronatec/BSM, com identificação de:
 - UF
 - Município
 - Unidade de Ensino
 - Tipo de Curso
 - Código do Curso
 - Curso
 - Código da Oferta
 - Descrição da Oferta
 - Data de Início
 - Cadastro de Pessoa Física (CPF) do Aluno
 - Nome do Aluno
 - Nome do Curso
 - Telefone do Aluno
 - Celular do Aluno
 - Sexo do Aluno
 - Data de Pré-matrícula
 - Situação
 - Data de Confirmação
 - Rede Ofertante

Processo de monitoramento:

- Recebimento das informações.
- Análise com vistas ao atingimento da meta.
 - Curva de evolução nacional;
 - Identificação regional ou por UF de destaques de desempenho (negativo e positivo);
 - Identificação de municípios com desempenho anormal (negativo e positivo);
 - Identificação do ritmo de crescimento mensal;
 - Identificação dos principais ofertantes;
 - Identificação dos cursos e eixos tecnológicos mais procurados;
 - Identificação do turno de oferta;
 - Identificação da escolaridade exigida pelos cursos ofertados;
- Envio da informação municipalizada aos relatórios e sistemas de monitoramento:
 - Relatórios padronizados para Secretário, Ministra e Gabinete da PR;
 - Sistema Monib, BSM no seu Município;
 - Sistema de Gestão de Informações (SGI);

Resultados observados: Em 2015, houve 74.993 matrículas e 1,85 milhão de matrículas entre 2011 e 2015.

Ação: Inclusão no Campo: Ater, Sementes, Fomento

Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan/MDS).

Descrição da Intervenção: articulação entre assistência técnica continuada e individualizada para famílias de agricultores, assentados e povos e comunidades tradicionais; fornecimento de recursos não reembolsáveis de fomento e de insumos voltados para a melhoria da produção.

Método de monitoramento: Salas de Situação e Acompanhamento de Informações por meio do Sistema Informatizado de Ater (Siater/MDA) e das folhas de pagamento do Fomento geradas pela Sesan/MDS.

Dados de entrada:

- Lista de pessoas atendidas pelos agentes de assistência técnica e extensão rural.
- Lista de pessoas beneficiadas com recursos do Fomento.

Processo de monitoramento:

- Recebimento das informações.
- Análise com vistas ao atingimento da meta.
- Envio da informação municipalizada aos relatórios e sistemas de monitoramento:
 - Relatórios padronizados para Secretário, Ministra e Gabinete da PR;
 - Sistema Monib, BSM no seu Município;
 - Sistema de Gestão de Informações (SGI);

Resultados observados: Assistência técnica para 358 mil famílias e Fomento pago a 196,7 mil famílias (2011-2015). No ano de 2015 foram pagos Fomento a 49,3 mil famílias.

Ação: Água Para Todos

Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Regional/ Ministério da Integração (SDR/MI); Sesan/MDS; Fundação Nacional de Saúde (Funasa); Fundação Banco do Brasil (FBB).

Descrição da Intervenção: identificar e atender, com a construção de cisternas de consumo com capacidade de armazenamento de 16 mil litros de água cada, as famílias com renda de até meio salário mínimo *per capita* incluídas no Cadastro Único que residam permanentemente na área rural e não tenham acesso ao sistema público de abastecimento de água.

Método de monitoramento: Sala de Situação e Acompanhamento de Informações, por meio de planilhas mensais com detalhamento municipalizado.

Dados de entrada:

- Cisternas entregues, cisternas contratadas, cisternas em construção, por município – mensal.

Processo de monitoramento:

- Recebimento das informações de realização física.
- Análise com vistas ao atingimento da meta física.
 - Identificação regional ou por UF de destaques de performance (negativo e positivo);
- Envio da informação municipalizada aos relatórios e sistemas de monitoramento:
 - Relatórios padronizados para Secretário, Ministra e Gabinete da PR;
 - Relatórios padronizados para parceiros;
 - Sistema de Gestão de Informações (SGI);
- Comparação entre execução física e orçamentária (empenho, liquidação e pagamento).

Resultados observados: Entrega de 907,5 mil cisternas de 1ª água e 158 mil cisternas de 2ª água (2011-2015). Em 2015 foram entregues 126,1 mil cisternas de 1º água e 53,4 mil cisternas de 2º água.

Ação: Bolsa Verde

Responsável: Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Descrição da Intervenção: conceder benefícios trimestrais para famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação ambiental, manutenção da cobertura vegetal e uso sustentável, em áreas como Unidades de Conservação e Projetos de Assentamento.

Método de monitoramento: Sala de Situação e Acompanhamento de Informações, por meio das folhas de pagamento do programa Bolsa Verde, geradas pelo MMA.

Dados de entrada:

- Lista de pessoas incluídas na folha de pagamento do Programa.

Processo de monitoramento:

- Recebimento das informações.
- Análise com vistas ao atingimento da meta.
- Relatórios e sistemas de monitoramento com informação municipalizada:
 - Relatórios padronizados para Secretário, Ministra e Gabinete da PR;

- Sistema Monib, BSM no seu Município;
- Sistema de Gestão de Informações (SGI);

Resultados observados: 3,2 mil famílias atendidas até novembro de 2015 e 75,2 mil famílias atendidas entre 2011 e 2015.

Ação: Suplementação do valor repassado às creches

Responsável: Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (Sesep/MDS); Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC); e Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC).

Descrição da Intervenção: suplementação do valor do Fundeb, em 50% (transferência ao FNDE), para vagas ocupadas em creches por crianças de 0 a 48 meses que sejam de famílias beneficiárias do Bolsa Família.

Meta 2015: 500,6 mil crianças do Bolsa Família matriculadas em creches.

Método de monitoramento: Reuniões de monitoramento e cruzamento do Censo Escolar com a folha de pagamento do Programa Bolsa Família. Monitoramento do saldo em conta dos municípios junto ao FNDE.

Dados de entrada:

- Número de vagas ocupadas em creches, em tempo integral, por crianças de 0 a 48 meses, de famílias beneficiárias do Bolsa Família.
- Número de vagas ocupadas em creches, em tempo parcial, por crianças de 0 a 48 meses, de famílias beneficiárias do Bolsa Família.
- Número de municípios com ao menos uma creche com vagas informadas.
- Creches da rede pública com vagas informadas.
- Creches da rede conveniada com vagas informadas.
- Valor a ser transferido por município e estado.
- Saldo em conta dos valores transferidos anteriormente

Processo de monitoramento:

- Recebimento das informações de realização física.
- Análise com vistas ao atingimento da meta física.
 - Curva de evolução nacional;
 - Identificação dos municípios que ainda não possuem creches com vagas cadastradas;
- Comunicação aos órgãos parceiros, Gabinete da Ministra ou Casa Civil, quando necessário.
- Inserção em relatório municipal

Resultados observados: 636 mil crianças do Bolsa Família de 0 a 48 meses matriculadas em creches.

Principais Parceiros

O Plano Brasil sem Miséria, coordenado pelo MDS, envolveu, também, Casa Civil; Secretaria de Governo da Presidência da República; Ministério das Cidades;

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Integração Nacional; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Fazenda; Ministério do Trabalho e Previdência Social; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério do Meio Ambiente; Ministério de Minas e Energia; Ministério da Cidadania; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Tendo em vista as ações que apresentaram resultados mais expressivos em 2015 ou que são mais emblemáticas do Plano, destacam-se os parceiros abaixo, de acordo com cada macroprocesso.

Quadro 3 – Parceiros do BSM por Macroprocesso

Macroprocessos	Parceiros	
Coordenação e Monitoramento de Ações de Inclusão Produtiva	Qualificação profissional (Aprendizagem Profissional e Pronatec)	Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS); Ministério da Educação (SETEC/MEC); estados, municípios e unidades ofertantes – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat); Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs); e Redes Estaduais de Ensino Técnico.
	Microempreendedor Individual	Secretaria Extraordinária das Micro e Pequenas Empresas (SMPE); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); estados e municípios.
	Economia Popular e Solidária	Secretaria Nacional de Economia Solidária/ Ministério do Trabalho e Emprego (/Senaes/MTPS); estados e municípios.
	Intermediação de Mão de Obra	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego/ Ministério do Trabalho e Previdência Social (SPPE/MTPS); estados.
	Microcrédito Produtivo Orientado	Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS); Banco do Brasil; Banco do Nordeste do Brasil; Caixa Econômica Federal; Banco da Amazônia; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); entidades de microcrédito produtivo orientado.
	Programa Água para Todos	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan/MDS); Ministério da Integração Nacional; Fundação Nacional de Saúde; Ministério do Meio Ambiente; Fundação Banco do Brasil; estados e municípios.
	Programa Luz para Todos	Ministério de Minas e Energia; estados e municípios.
	Programa Bolsa Verde	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Secretaria de Patrimônio da União (SPU); Ministério do Meio

		Ambiente; Ministério do Desenvolvimento Agrário; estados e municípios.
	Inclusão no campo: ATER, Sementes e Fomento	Sesan/MDS; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Incra; ICMBio; Fundação Nacional do Índio (Funai); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Fundação Cultural Palmares; estados e municípios.
Coordenação e Monitoramento de Ações de Garantia de Renda	Programa Bolsa Família	Senarc/MDS; estados e municípios.
	Benefício da Prestação Continuada	Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS); estados e municípios.
Coordenação e Monitoramento de Ações de Acesso a serviços públicos nas áreas de saúde, educação e assistência social	Ação Brasil Carinhoso Creches	Ministério da Educação, FNDE, INEP; estados e municípios.
	Escola em Tempo Integral	Ministério da Educação; estados e municípios.
	Ação Brasil Carinhoso Saúde	Ministério da Saúde; estados e municípios.
	Assistência Social	Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS); estados e municípios.
Coordenação e Monitoramento de Ações de Busca Ativa	Cadastro Único	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc/MDS); Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS); organizações representativas de populações tradicionais e específicas; estados e municípios.

Fonte: Seseq.

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Planejamento Organizacional

Descrição sintética dos objetivos do exercício

O ano de 2015 foi um período de avaliação dos resultados alcançados pelo Plano Brasil sem Miséria. Foi feito um esforço conjunto com a participação de todos os diretores e coordenadores para avaliação dos resultados alcançados em cada uma das ações prioritárias, com identificação das principais dificuldades enfrentadas, bem como análise do contexto orçamentário. Também foram reavaliadas as pactuações com os parceiros, considerando-se sua viabilidade, com vistas ao alcance dos objetivos almejados.

O Quadro 4 mostra os resultados das ações prioritárias:

Quadro 4 - Resultados Por Ação Prioritária

Ação	Resultados 2015	Resultados 2011-2015
Busca Ativa	316,2 mil famílias	1,69 milhão de famílias
Bolsa Família	13,9 milhões de famílias atendidas (dezembro)	22 milhões de pessoas superaram a extrema pobreza
Pronatec Brasil sem Miséria	74,9 mil alunos matriculados	1,85 milhão de alunos matriculados
Inclusão no campo: Ater, Sementes, Fomento	Fomento pago a 49,3 mil famílias	Assistência técnica para 358 mil famílias e Fomento pago para 196,7 mil famílias
Água para Todos	Entrega de 126,1 mil cisternas de 1ª água e de 53,4 mil cisternas de 2ª água (até novembro)	Entrega de 307,5 mil cisternas de 1ª água e 158 mil cisternas de 2ª água (até nov./2015)
Bolsa Verde	3,2 mil famílias atendidas (até novembro)	75,2 mil famílias atendidas (até nov./2015)
Creches	56 mil crianças beneficiárias do Bolsa Família matriculadas em creches	636 mil crianças beneficiárias do Bolsa Família matriculadas em creches

Fonte: Seseop/MDS.

Aproximadamente 316,2 mil famílias extremamente pobres foram incluídas no Cadastro Único em 2015, totalizando 1,69 milhão de famílias desde o início do BSM. Além disso, essas famílias passaram a ter acesso aos vários programas e serviços destinados aos brasileiros em situação de vulnerabilidade social.

O total de matrículas no Pronatec/BSM em 2015 alcançou 74,9 mil alunos, totalizando 1,85 milhão no período 2011-2015. Quando o Programa foi lançado, a meta era 1 milhão de matrículas até o final de 2014, posteriormente revisada para 1,3 milhão e igualmente superada. A realização de cursos do Pronatec possibilitou o crescimento do número de pessoas com perfil CadÚnico e beneficiárias PBF inseridas no mercado de trabalho formal, com incremento da ordem de 64,8% e 120,6%, respectivamente¹.

Na área rural, para apoiar a estruturação da produção familiar no campo, o governo federal promoveu a oferta de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para agricultores extremamente pobres registrados no Cadastro Único. Dessa forma, as famílias têm bons alimentos para consumo próprio, melhoram sua situação nutricional e geram excedentes para comercializar, aumentando sua renda. Desde o início do BSM, foram contratados serviços para atender a 358 mil famílias de agricultores.

Foram entregues 126,1 mil cisternas de 1ª água e 53,4 de 2ª água em 2015, alcançando-se, 907,5 mil e 158 mil cisternas, respectivamente, no acumulado 2011-2015.

Em 2015, 3,2 mil famílias de extrativistas, assentados e ribeirinhos foram beneficiadas para continuar produzindo e conservando o meio ambiente e o resultado acumulado desde o lançamento do BSM alcançou o número de 75,2 mil famílias.

No que diz respeito à ação Brasil Carinhoso – âmbito de creches – em 2015, a identificação das crianças do PBF atendidas em creches dependia unicamente do preenchimento do Número de Identificação Social (NIS) no Censo Escolar. Diferentemente dos anos anteriores, o preenchimento era realizado no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec). Para divulgação desta nova forma de inserção de dados, foram adotadas as seguintes medidas para assegurar que fosse alcançada a meta de crianças do PBF atendidas em creches públicas ou particulares conveniadas:

- a. Comunicação intensa com os envolvidos, para dar instruções e prestação de informações:
 - i. Capacitação presencial dos operadores da Central de Relacionamento do MDS e da Ouvidoria.
 - ii. Matéria realizada pela Assessoria de Comunicação do MDS (Ascom) sobre o assunto e divulgada no ministério.
 - iii. Divulgação nas redes sociais;

¹ Fonte: Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate n°. 24, “Inclusão Produtiva Urbana: o que fez o Pronatec/Bolsa Formação entre 2011-2014”.

- iv. Parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) para divulgação da ação no *mailing* das secretarias de educação, *Twitter*, *Facebook* e em matéria principal no site da organização.
- v. Entrevistas para rádios regionais.

Além da manutenção da metodologia bem sucedida de 2014, houve mudanças legislativas relevantes no cálculo do repasse aos municípios.

A partir de dados obtidos junto ao Censo Escolar e ao Cadastro Único para Programas Sociais, observou-se que houve um aumento significativo da cobertura das crianças mais pobres no período subsequente à edição da Lei nº 12.722, que instituiu a ação Brasil Carinhoso. Porém, mesmo com o incentivo estabelecido por essa lei, as diferenças entre os quintis de renda apontam uma grande desigualdade. Em 2013, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostrava que para o quintil superior de renda, a cobertura das crianças de 0 a 48 meses em creches já era de 43%.

Outro aspecto relevante observado foi o aumento da quantidade de vagas para o público-alvo da ação Brasil Carinhoso, tendo por unidade de análise o município. Observado o período desde a entrada em vigor da Lei nº 12.722, em 2012, até o último Censo Escolar, em 2014, houve um aumento da quantidade de crianças do Programa Bolsa Família matriculadas em creches em 2.756 municípios. Por outro lado, o Censo Escolar de 2014 também apontou que 2.357 municípios receberam recursos da Ação Brasil Carinhoso e não ampliaram o número de crianças matriculadas.

Tais resultados apontam para a importância da existência de um mecanismo de indução à priorização da população mais pobre como medida para reduzir as iniquidades de acesso e de oportunidades. Ao mesmo tempo, fica evidente a necessidade de aprimorar as regras dessa ação, de forma a induzir mais fortemente todos os municípios que recebem os recursos adicionais a ampliarem o número de matrículas de crianças do Programa Bolsa Família.

No que se refere à execução dos recursos, observa-se que, do total de R\$ 1,45 bilhão transferido entre 2012 e 2014, havia R\$ 511,8 milhões de saldo no conjunto das contas dos municípios em 30 de setembro de 2015. Ou seja, mais de um terço dos recursos transferidos não haviam sido gastos. A Lei nº 12.722, de 2012, estipula o valor de transferência aos municípios em 50% do valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente para a educação infantil, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Com a Medida Provisória n.º 705 de 2015, o pagamento passa a ser de até 50% do valor anual mínimo por aluno, ou seja, os 50% passam a ser o teto do valor a ser pago. As especificações sobre valor e forma desse pagamento serão definidas em regulamento, considerando aspectos relevantes como o aumento da quantidade de matrículas de crianças de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em creches no município e o saldo remanescente dos recursos transferidos pela Ação Brasil Carinhoso nos anos anteriores.

A medida provisória nº 705 e o Decreto 8.619, que regulamenta a MP, coadunam-se com as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, estabelecido pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. A Meta 1 diz respeito à educação infantil,

“Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, a 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.”

Para atingir as metas, a Lei nº 13.005, de 2014, estabelece estratégias. Uma das estratégias para atingir a Meta 1 diz respeito à diferença de acesso entre os diferentes quintis de renda. Vejamos:

“1.2) garantir que, ao final da vigência deste PNE, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;”

A MP e o Decreto ampliaram as possibilidades para que os gestores da política pública criem incentivos a fim de que os municípios ampliem a quantidade de vagas em creches para uma população desfavorecida. Com isso, contribui-se para atingir as metas previstas no Plano Nacional de Educação, promovendo a cidadania e a justiça social por meio da inclusão educacional.

As mudanças normativas modificaram, portanto, a forma de cálculo. Não afetaram, todavia, o resultado de 2015, que é medido pelo Censo Escolar de 2014, com dados que são publicados apenas em 2015.

O percentual de crianças de 0 a 48 meses do Bolsa Família matriculadas em creche passou de 13,9% (492,8 mil), em 2011, para 17,7% (636 mil), em 2014. Existe, ainda, um adicional de 71 mil crianças do Programa que estão na educação infantil, mas em uma etapa distinta da creche, perfazendo uma cobertura total de 19,7% das crianças em 2014. Em 2015, os recursos da ação 20TR foram contingenciados e reduzidos a menos da metade de sua dotação final. Dos R\$ 921 milhões existentes em dotação, apenas R\$ 440 milhões foram disponibilizados para empenho.

Nesse cenário, o Ministério optou por reconsiderar e modificar os critérios de elegibilidade dos municípios a serem contemplados, de forma a aperfeiçoar a medida, permitindo, ainda, ajustar as normas da ação à sua disponibilidade financeira. Utilizaram-se critérios de cobertura de crianças do Programa Bolsa Família em creches, aumento de cobertura e uso dos recursos transferidos, de modo a beneficiar os municípios que se esforçaram para atingir os objetivos da Lei 12.722/2012 e evitar a transferência de recursos a municípios que não conseguiram utilizar os recursos.

Assim, a partir da publicação das necessárias novas regras – por MP, Decreto e Resolução do FNDE, a meta física da ação para 2015 foi diminuída para se adequar às novas regras e ao limite financeiro estabelecido. Com a publicação do novo arcabouço normativo, o MDS conseguiu cumprir o objetivo de incentivar a matrícula de crianças do Bolsa Família e reduzir a desigualdade no acesso à creche, ao tempo em que evitou a necessidade de reconhecimento de dívida da ordem de R\$ 481 milhões, valor superior ao orçamento previsto para a ação em 2016.

No entanto, com o elevado contingenciamento definido sobre a ação, com o tempo necessário para efetuar os ajustes normativos e com a não liberação dos recursos financeiros, não foi possível realizar os pagamentos ainda no ano de 2015. Esses recursos, contudo, foram empenhados no valor de R\$ 418 milhões - o que representa 95,1% do montante não contingenciado da ação - inscritos em restos a pagar e serão executados em 2016.

Por fim, cabe explicar que, do valor total empenhado, a parcela já liquidada e paga em 2015, equivalente a R\$ 13 milhões, se referiu a reconhecimento de dívida de 2013 e representou

atendimento de 8.829 crianças. Como não havia recursos em restos a pagar para 2015, foi utilizado o orçamento do próprio ano para realizar estes pagamentos.

Formas e monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

Por se tratar de um plano transversal, as ações do BSM não coincidem com a estrutura de programas e ações do PPA, podendo perpassar ações de vários órgãos, assim como contemplar apenas metas parciais de cada ação. Abaixo, os componentes com citação “Brasil sem Miséria” no PPA.

Quadro 5 – Metas do BSM Relacionadas a Programas do PPA

Metas	Programa relacionado
Meta: Distribuir sementes para 220 mil famílias no âmbito do Plano Brasil sem Miséria.	Programa: Agricultura Familiar
Meta: Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado.	Programa: Agricultura Familiar
Meta: Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil sem Miséria).	Programa: Biodiversidade
Meta: Atender integralmente a população assistida pelo Plano Brasil sem Miséria, através do Programa Luz para Todos e da Universalização.	Programa: Energia Elétrica
Meta: Fortalecer e incrementar a rede de Proteção Social Básica, induzindo o acompanhamento das famílias em situação de extrema pobreza definidas pelo Plano Brasil sem Miséria.	Programa: Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Meta: Elevar o percentual de Municípios que realizam Busca Ativa das famílias, especialmente daquelas priorizadas pelo Plano Brasil sem Miséria.	Programa: Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Meta: Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação dos Serviços de Proteção Social Básica, considerando o atendimento ao público prioritário (Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC, Benefícios Eventuais), às populações rurais, às comunidades tradicionais e, considerando, ainda, a inclusão das pessoas com deficiência, o trabalho com os direitos das mulheres e o enfrentamento ao crack e outras drogas	Programa: Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Meta: Conceder o BPC para 144.715 pessoas idosas em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015.	Programa: Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Meta: Conceder o BPC para 302.297 pessoas com deficiência em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015	Programa: Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Meta: Ampliar o número de Creas Regionais e Municipais nas regiões de extrema pobreza, em acordo com o Plano Brasil sem Miséria.	Programa: Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Meta: Atender 3.500 famílias com assistência técnica e extensão rural diferenciada com recursos de fomento não reembolsáveis de R\$ 2.400,00 - Plano Brasil sem Miséria.	Programa: Pesca e Aquicultura
Meta: Elevar a detecção das situações de trabalho infantil, aprimorando metodologias de identificação, articulando ações de busca ativa por meio do Plano Brasil sem Miséria e integrando Municípios ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).	Programa: Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes
Meta: Conceder Crédito Apoio Inicial e Fomento a 50 mil famílias dos assentamentos prioritários do Plano Brasil sem Miséria.	Programa: Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária
Meta: Implantar 176 mil tecnologias sociais de acesso à água para a produção, visando beneficiar famílias rurais, individual ou coletivamente, no plantio e na criação de animais, preferencialmente de forma associada às ações de fomento, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria.	Programa: Segurança Alimentar e Nutricional
Meta: Ampliar o número de agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil, sendo, no mínimo, 45% dos agricultores participantes enquadrados como público do Plano Brasil sem Miséria.	Programa: Segurança Alimentar e Nutricional
Meta: Apoiar a formação de estoques por 45 mil agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas, para comercialização de seus produtos, sendo, no mínimo, 25 mil agricultores familiares enquadrados como público do Brasil sem Miséria	Programa: Segurança Alimentar e Nutricional
Meta: Ampliar em 50% a oferta de cursos de qualificação social e profissional para trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra no âmbito do Sine, priorizando, em particular, mulheres, afrodescendentes, jovens, pessoas com deficiência física e intelectual, pessoas com baixa escolaridade, trabalhadoras domésticas, público do Brasil sem Miséria, trabalhadores rurais, trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo.	Programa: Trabalho, Emprego e Renda
Iniciativa	Programa relacionado
Iniciativa (01UB): Pagamento por serviços de conservação de recursos naturais no meio rural prestados no âmbito do Plano Brasil sem Miséria.	Programa: Biodiversidade

Programa: Segurança Alimentar e Nutricional

Identificação da Ação						
Código		20TR			Tipo: Atividade	
Título		Apoio à Manutenção da Educação Infantil (MDS)				
Iniciativa		Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral.				
Objetivo		Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física. Código: 0596				
Programa		Educação Básica Código: 2030 Tipo: Finalístico				
Unidade Orçamentária		55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome				
Ação Prioritária		(X) Sim () Não Caso positivo: ()PAC (X) Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
642.692.960	921.310.165	418.897.848	13.148.835	13.148.835	0	405.749.013
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Criança atendida			unidade	500.623	-	8.829
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Criança atendida	unidade	

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

Análise Crítica

No âmbito da ação “20TR – Apoio à Manutenção da Educação Infantil”, a execução em 2014 e 2015 ocorreu por meio de repasse ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Em 2015, os recursos da ação 20TR foram contingenciados e reduzidos a menos da metade de sua dotação final. Dos R\$ 921 milhões existentes em dotação, R\$ 440 milhões foram disponibilizados para empenho.

No cenário de contingenciamento descrito acima, o MDS optou por reconsiderar e modificar os critérios de elegibilidade dos municípios a serem contemplados com o recurso da Ação Brasil Carinhoso. O propósito era aperfeiçoar a medida, permitindo ainda ajustar as normas da ação à sua disponibilidade financeira. Utilizaram-se critérios relacionados ao aumento da cobertura de crianças do Programa Bolsa Família em creches e ao uso dos recursos transferidos, de modo a beneficiar os municípios que se esforçaram para atingir os objetivos da Lei 12.722/2012.

Assim, a partir da publicação das novas regras – pela Medida Provisória n.º 705/2015, pelo Decreto 8.619/2015 e pela Resolução do FNDE n.º 19/2015 -, o MDS conseguiu cumprir o objetivo de incentivar a matrícula de crianças do Bolsa Família e reduzir a desigualdade no acesso à creche, ao tempo em que evitou a necessidade de reconhecimento de dívida da ordem de R\$ 481 milhões, valor superior ao orçamento previsto para a ação em 2016.

Não foi possível realizar os pagamentos aos municípios ainda no ano de 2015, devido ao elevado contingenciamento definido sobre a ação, ao tempo necessário para efetuar os ajustes normativos e à não liberação dos recursos financeiros. Dos R\$ 440 milhões disponibilizados para empenho, R\$ 418 milhões foram empenhados – o que representa 95,1% do montante não contingenciado da ação – inscritos em restos a pagar

Por fim, cabe explicar que do valor total empenhado, a parcela já liquidada e paga em 2015, equivalente a R\$ 13 milhões, referiu-se a reconhecimento de dívida de 2013 e representou atendimento de 8.829 crianças. Como não havia recursos em restos a pagar para 2015, foi utilizado o orçamento do próprio ano para realizar esse pagamento.

O montante empenhado restante, correspondente a aproximadamente R\$ 406 milhões. Foi inscrito em restos a pagar e será executado em 2016.

Identificação da Ação						
Código	20GG			Tipo: Atividade		
Título	Fomento, Capacitação Ocupacional, Intermediação e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores.					
Iniciativa	Fomento e fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação de produção, comercialização, finanças solidárias e consumo com formação, incubação, assessoramento técnico, desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais e apoio à infraestrutura.					
Objetivo	Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário. Código: 0983					
Programa	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária Código: 2029 Tipo: Programa Temático					
Unidade Orçamentária	55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC (X) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000	1.000.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa atendida		unidade	1.333	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
4.241.817	2.041.447	0	Pessoa atendida		unidade	0

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

Observação: No exercício de 2015, a ação 20GG não apresentou execução orçamentário-financeira, visto que a oferta de oportunidades de inclusão produtiva urbana dirigidas aos beneficiários do BSM foram realizadas com recursos orçamentário-financeiros dos parceiros, sem repasse do MDS.

Análise Crítica

A ação “20GG – Fomento, Capacitação Ocupacional e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores – Plano Brasil sem Miséria” compreendeu o desenvolvimento dos seguintes programas para o **quadriênio 2011-2015**: (a) a melhoria da transição escola-trabalho; (b) o apoio ao empreendedorismo; (c) a ampliação da qualificação profissional; e (d) a ampliação do acesso ao microcrédito produtivo orientado.

- a) **Aprendizagem Profissional (transição escola-trabalho):** com o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de qualificação profissional da juventude brasileira, o MDS priorizou estruturar a oferta de estratégia de transição escola-trabalho, por meio do programa de Aprendizagem Profissional, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), para aumentar a inserção de jovens inscritos no CadÚnico e beneficiários do PBF no programa de Aprendizagem Profissional (voltado para jovens entre 14-24 anos). Com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais 2014), o MDS identificou que, no universo de 697,1 mil aprendizes contratados, 286,8 mil (41,1%) eram jovens inscritos no Cadastro Único, sendo 123,3 mil (17,7%) beneficiários do PBF; diagnosticou potencial anual de contratação da ordem de 1,2 milhão de aprendizes; mapeou os principais ramos de atividade econômica contratantes de aprendizes (Serviços = 44%; Comércio = 25%; Indústria de Transformação = 23%); identificou as principais UFs em que há contratação de aprendizes (SP, MG, RS, RJ, PR, SC, CE e BA concentram 75% das contratações); e celebrou parceria com MTPS visando ampliar as ações de identificação e encaminhamento do público atendido pela Proteção Social Básica (Cras) e Proteção Social Especial (Creas), com prioridade para jovens e adolescentes beneficiários do Bolsa Família ou inscritos no CadÚnico.
- b) **Apoio ao Empreendedorismo:** com o propósito de proporcionar melhores condições para que os empreendedores em situação de pobreza gerassem renda, o MDS articulou duas ações: (i) metodologia de assistência técnico-gerencial para microempreendedores individuais; e (ii) curso de formação inicial e continuada “Gestor MEI” no âmbito do Pronatec.

A metodologia de assistência técnica urbana foi desenvolvida por meio de parceria com o Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e com a Secretaria Especial para Micro e Pequenas Empresas (SMPE). Seu público é constituído de empreendedores informais e microempreendedores individuais, particularmente aqueles inscritos no CadÚnico e beneficiários do Programa Bolsa Família. A metodologia será executada por meio dos Departamentos Regionais do Sebrae mediante termo de adesão. O processo de assistência técnica terá duração de 12 meses.

Cada empreendedor atendido será acompanhado de forma mais intensa durante três meses, com a previsão de um atendimento *in loco* por mês, para elaboração de estudo de viabilidade (diagnóstico do empreendimento) e plano de ação (com orientações para aprimoramento do negócio). Nos 9 meses seguintes, serão realizados 3 atendimentos para apresentação de produtos Sebrae voltados para pequenos empreendedores, especificamente os projetos “Começar Bem” e “Oficinas SEI”, ações voltadas para o setor em que atuam os empreendedores, bem como para prover orientações sobre microcrédito produtivo orientado; e 3 visitas dos Agentes Sebrae de Orientação Empresarial, para monitorar se o empreendedor está aplicando em seu negócio os apontamentos indicados no estudo de viabilidade. Ao todo, cada empreendedor receberá 9 atendimentos do Sebrae ao longo de um ano. O início da atividade está programado para 2016, em consonância com a programação orçamentário-financeira do Departamento Nacional do Sebrae.

Por sua vez, o curso FIC “Gestor MEI” foi desenvolvido a partir de parceria com MEC, SMPE e Sebrae. O MEC aprovou a criação do curso, a partir de proposição do Sebrae, o qual foi inserido no Guia de Cursos FIC do Pronatec. Trata-se de metodologia diferenciada em relação à oferta normal do Pronatec, combinando conteúdos teóricos de empreendedorismo e atividades práticas assemelhadas a uma assistência técnica, permitindo o acompanhamento dos alunos durante a carga horária do curso. A escolaridade exigida é o ensino fundamental incompleto (de 1º ao 5º ano), com carga horária de 160 horas de capacitação (presencial e com atividades práticas). Nos meses de junho e julho de 2015 foi desenvolvido o projeto piloto do curso, no município de Belo Horizonte, com turma de 25 alunos constituída por microempreendedores individuais inscritos no Cadastro Único e/ou beneficiários PBF. O início da oferta do curso está programado para 2016, em consonância com a programação orçamentário-financeira do Pronatec.

- c) **Ampliação da qualificação profissional (Pronatec):** o MDS deu continuidade à oferta de cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), coordenado pelo MEC, para pessoas inscritas no Cadastro Único e beneficiárias do Bolsa Família. Trata-se da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária média de 160h, na modalidade Bolsa Formação Trabalhador, com execução por meio das unidades de ensino do Senac, do Senai, do Senar, do Senat, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e das redes estaduais de ensino técnico. Em 2015, foram matriculadas 74.993 pessoas inscritas no CadÚnico, totalizando 1,85 milhão de matrículas no acumulado 2011/2015. Importa ressaltar que a realização de cursos Pronatec possibilitou o crescimento da inserção de pessoas com perfil CadÚnico e beneficiários PBF no mercado de trabalho formal, com incremento da ordem de 64,8% e 120,6%, respectivamente (fonte: Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate n.º. 24, “Inclusão Produtiva Urbana: o que fez o PRONATEC/Bolsa Formação entre 2011-2014”). A redução no montante de pessoas matriculadas em 2015 deveu-se ao contingenciamento orçamentário-financeiro experimentado pelo Pronatec, visto que essa ação é executada com recursos próprios do MEC, sem repasse do MDS, conforme definido em Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o MDS e o MEC.
- d) **Ampliação do acesso ao microcrédito produtivo orientado:** o MDS participou como membro titular do Comitê Interministerial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), coordenado pelo MTPS. Os trabalhos do Comitê consistiram na revisão da Lei 11.110/2005 (que instituiu o PNMPO) e o Decreto 5.288/2004 (que regulamenta o PNMPO), com o objetivo de aprimorar a legislação do microcrédito produtivo orientado, com foco no acesso dos empreendedores pobres a essa modalidade de crédito. Além disso, o MDS participou de oficina com entidades operadoras de microcrédito produtivo orientado financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a fim de promover a oferta do microcrédito aos empreendedores em situação de pobreza inscritos no Cadastro Único.

Os Restos a Pagar não processados indicados na tabela referente à ação 20GG (valor em 01/01/2015 = R\$4.241.817; valor liquidado: R\$2.041.447) são relativos ao Termo de Cooperação celebrado com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE), no exercício de 2012. Trata-se da Chamada Pública de Projeto n.º. 3/2011, coordenada pela Senaes/MTE, para celebrar convênio com prefeituras municipais, com repasse de R\$ 24.056.532,67. O referido Termo de Cooperação encerrou-se em dezembro de 2014.

Vale lembrar que a ação “20GH – Orientação Profissional e Intermediação de Mão de Obra – Plano Brasil sem Miséria” foi unificada na ação 20GG a partir do exercício de 2013, a fim de conferir maior agilidade à gestão orçamentário-financeira das ações de inclusão produtiva urbana.

Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

No exercício de 2015, a ação 20GG não apresentou execução orçamentário-financeira, pois a oferta de oportunidades de inclusão produtiva urbana dirigidas aos beneficiários do BSM foi efetuada com recursos orçamentário-financeiros dos parceiros, sem necessidade de repasse do MDS. Isso ocorreu porque o BSM obteve êxito em articular, de modo intersetorial, estratégias e parcerias para que cada programa alcançasse o público em situação de extrema pobreza, aumentando a efetividade de seu desenho operacional e tornando viável o acesso do público a oportunidades de inclusão produtiva.

Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 7 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2012	6.216.249	2.848.343	0	3.367.906
2011	300.000	0	0	300.000
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2012	2.541.689	0	0	2.541.689

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

Análise Crítica

Os restos a pagar processados da ação 20GH (Orientação Profissional e Intermediação de Mão de Obra), no montante de R\$2.104.058,80, referem-se a repasse orçamentário-financeiro realizado no exercício 2012, no âmbito de Termo de Cooperação MDS-MTE (atual MTPS) para oferta de intermediação de mão de obra para o público BSM. Esse valor consiste em recursos orçamentário-financeiros repassados aos governos estaduais da região Nordeste e do estado de Minas Gerais pelo então MTE, os quais apresentaram execução morosa, principalmente em virtude de atrasos nos processos licitatórios conduzidos em nível estadual. Em 2014, a pedido do MDS, o

Os restos a pagar da ação 20GG (Fomento, Capacitação Ocupacional e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores), no montante de R\$3.667.906, referem-se a repasses orçamentário-financeiros realizados nos exercícios de 2011 e 2012, no âmbito de Termo de Cooperação MDS-MTE (atual MTPS), para oferta de ações de economia solidária para o público BSM. Esse valor consiste em recursos orçamentário-financeiros repassados aos governos estaduais e às prefeituras municipais selecionados mediante Editais de Projetos, os quais apresentaram execução lenta, em decorrência de atrasos nos processos licitatórios coordenados em nível estadual/municipal. Esses Termos de Cooperação encerraram-se em dezembro de 2014.

Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

“Art. 5º Os recursos de que trata o art. 4º serão transferidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, independentemente da celebração de termo específico.”

Quadro 8 – Custos do Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015										
	2014										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	169.540,44	21.474,63	33.027,61	11.051,95	17.904,00	3.183,78	136.480,27			392.662,68
	2014	150.500,64		21.886,48	9.919,35	17.683,59	2.188,10	103.564,90			304.943,06
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015		670.273,85	60.339,51	18.340,91	4.476,00	3.702,66	1.903,31			759.036,24
	2014		526.037,39	53.316,93	14.457,71	4.476,00	1.140,00	3.494,38			602.922,41
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	469.604,72		39.742,12	25.474,40	65.208,46	4.458,96	9.129,54			613.618,20
	2014	501.350,37		52.912,92	21.093,71	56.912,92	4.084,60	5.881,41			635.571,75
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015										
	2014										
Servidores com contrato temporário											

Exercícios	2015	1.362.608,00		108.676,66	37.241,93	105.864,11				1.614.390,70
	2014	1.380.751,66		127.055,00	80.536,66	104.372,19	570,00			1.693.285,51

Fonte: Extração SIAPE – Posição 31 de dezembro de 2015

Informações sobre a execução das despesas

Quadro 9 – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	0	0	0	0
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	0	0	0	0
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
g) Regime Difer. de Contratações Públicas	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (h+i)	0	0	0	0
h) Dispensa	0	0	0	0
i) Inexigibilidade	0	0	0	0
3. Regime de Execução Especial	0	0	0	0
j) Suprimento de Fundos	0	0	0	0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0	0	0	0
k) Pagamento em Folha	0	0	0	0
l) Diárias	0	0	0	0
5. Outros (Não se aplica)	13.148.835	808.062.040	13.148.835	808.062.040
6. Total (1+2+3+4+5)	13.148.835	808.062.040	13.148.835	808.062.040

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

Quadro 10 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Administração Direta					Código UO: 55101		UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
41 - Contribuições	418.897.848	808.062.040	13.148.835	808.062.040	405.749.012	0	13.148.835	808.062.040

- Tabela 1 - de Execução Orçamentária do Programa Brasil Sem Miséria de 2015 segue anexa.

Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

A Sesep acompanha, na ação 20TR, duas variáveis:

- o percentual de execução dos recursos repassados para o MEC – empenho, liquidação, pagamento;
- número de municípios beneficiados com os recursos da Ação Brasil Carinhoso.

Em relação à ação 20GG, a Sesep tem como indicador de desempenho a evolução anual das matrículas do Pronatec/BSM.

A evolução das matrículas do público do Pronatec/BSM no quadriênio 2012/2015 segue abaixo:

- 2011: (ano de criação do Pronatec/BSM)
- 2012: 293,4 mil matrículas
- 2013: 953,5 mil matrículas
- 2014: 1,77 milhão de matrículas
- 2015: 1,85 milhão de matrículas

INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

Descrição das Estruturas de Governança

A governança do Plano Brasil sem Miséria possui as seguintes instâncias, conforme definido pelo Decreto 7.492, de 2 de junho de 2011:

“Art. 6º - Ficam instituídas as seguintes instâncias para a gestão do Plano Brasil Sem Miséria:

I - Comitê Gestor Nacional;

II - Grupo Executivo; e

III - Grupo Interministerial de Acompanhamento.

Parágrafo único. O apoio administrativo necessário ao funcionamento das instâncias instituídas no caput será prestado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 7º - Compete ao Comitê Gestor Nacional do Plano Brasil Sem Miséria, instância de caráter deliberativo, fixar metas e orientar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano.

§ 1º - O Comitê Gestor Nacional será composto pelos titulares dos seguintes órgãos:

I - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o coordenará;

II - Casa Civil da Presidência da República;

III - Ministério da Fazenda; e

IV - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º - Os membros do Comitê Gestor Nacional indicarão seus respectivos suplentes.

§ 3º - A Secretaria-Executiva do Comitê Gestor Nacional será exercida pela Secretaria Extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 8º - Compete ao Grupo Executivo do Plano Brasil Sem Miséria assegurar a execução de políticas, programas e ações desenvolvidos no âmbito do Plano.

§ 1º - O Grupo Executivo será composto pelos Secretários-Executivos dos órgãos mencionados nos incisos II a IV do § 1º do art. 7º e por representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o coordenará.

§ 2º - Os membros do Grupo Executivo indicarão seus respectivos suplentes.

Art. 9º - Compete ao Grupo Interministerial de Acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria o monitoramento e a avaliação de políticas, programas e ações desenvolvidos no âmbito do Plano.

§ 1º - O Grupo Interministerial de Acompanhamento será composto por representantes, titular e suplente, indicados pelos seguintes órgãos:

I - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o coordenará;

II - Casa Civil da Presidência da República;

III - Secretaria-Geral da Presidência da República;

IV - Ministério da Fazenda;

V - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VI - Ministério das Cidades;

VII - Ministério do Trabalho e Emprego;

VIII - Ministério do Desenvolvimento Agrário;

IX - Ministério da Saúde;

X - Ministério da Educação; e

XI - Ministério da Integração Nacional.

§ 2º - Os representantes de que trata o § 1º serão designados em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

§ 3º - O Grupo Interministerial de Acompanhamento prestará informações ao Grupo Executivo e ao Comitê Gestor Nacional sobre as políticas, programas e ações, suas respectivas dotações orçamentárias e os resultados de execução, identificando os recursos a serem alocados no Plano Brasil Sem Miséria.

§ 4º - Poderão ser convidados para as reuniões do Grupo Interministerial de Acompanhamento representantes de entidades e órgãos públicos e privados, dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, bem como especialistas, para emitir pareceres e subsidiar o Grupo com informações.

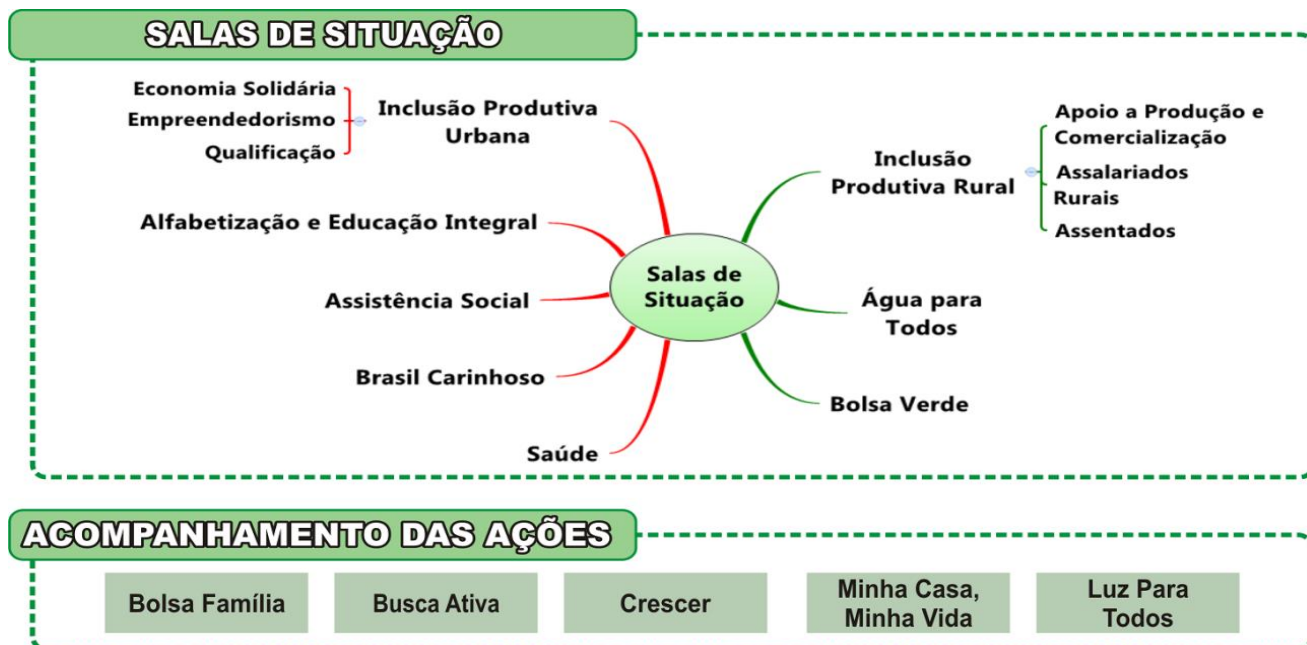
§ 5º - Poderão ser constituídos no âmbito do Grupo Interministerial de Acompanhamento grupos de trabalho temáticos destinados ao estudo e à elaboração de propostas sobre temas específicos, a serem submetidos ao Comitê Gestor Nacional.”

Ficou assim instituída, no âmbito do MDS, a Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (Sesep), cujas competências, essencialmente voltadas às atividades de coordenação e monitoramento do Plano Brasil sem Miséria, são enunciadas pelo Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, em seu Art. 31 (já referenciado no item 1.2 do presente relatório).

O monitoramento das ações do Plano Brasil sem Miséria é feito principalmente com: articulação interministerial, realização de Salas de Situação temáticas, elaboração de relatórios e Notas Técnicas, preparação para formulação de ações, desenho e redesenho para implementação de ações e avaliação de resultados.

A gestão e o tratamento das informações para subsidiar as decisões tomadas no âmbito das diversas instâncias de governança do BSM ocorrem nas Salas de Situação, de caráter gerencial e informacional. O objetivo é levantar subsídios para as discussões a serem realizadas no nível decisório, tendo informações sujeitas à revisão e apreciação posterior, conforme ilustrado na Figura abaixo.

FIGURA 3 – ESTRUTURA DE GESTÃO DO BSM



Ao Grupo Interministerial de Acompanhamento (GIA) compete atividades de avaliação de resultados, planejamento de metas e definição das ferramentas de monitoramento e gestão do Plano. Frequentemente ocorre troca de informações transitadas eletronicamente e de documentos formais entre seus membros.

Ao Comitê Gestor Nacional e ao Grupo Executivo compete tratar de questões de âmbito mais estrutural e que demandam a avaliação gerencial dos ministérios que compõem os dois comitês, como questões orçamentárias, alterações legais, envio de projetos ao Congresso Nacional, entre outros.

Para conferir a agilidade necessária às decisões, as interações entre os membros do Comitê Gestor Nacional, do Grupo Executivo e do GIA ocorrem, de modo geral, por meio de contatos e encontros que não são convocados como reuniões formais dessas instâncias. Mas isso não diminui a importância de tê-las estabelecido, deixando clara a estrutura de governança do Plano e facilitando sobremaneira o fluxo decisório. No caso do GIA, era muito frequente a troca de informações entre os membros também por meio eletrônico ou em documentos formais.

O monitoramento gerencial das ações do BSM obedece ao seguinte fluxo de informações: os Ministérios setoriais recebem as informações acerca das ações do Plano, enviadas pelos órgãos da administração indireta ou pelos executores e, após avaliarem a consistência das informações, as transmitem ao MDS e aos demais ministérios através das Salas de Situação. As informações recebidas são discutidas e validadas pela Sala de Situação e eram avaliados os seguintes pontos:

- a. Status da ação;
- b. Resultados obtidos em relação às metas previstas;
- c. Possíveis restrições e, conseqüentemente, as providências necessárias para a superação das restrições.

As Salas de Situação podem ser definidas como estruturas de monitoramento e acompanhamento que executavam as seguintes atividades principais:

- a. Identificação de restrições, problemas e situações preocupantes que podem afetar a execução das ações;
- b. Levantamento de providências para as restrições encontradas, com a definição de prazos e responsáveis;
- c. Explicitação de resultados alcançados mediante o cumprimento das providências;
- d. Identificação de tendências por meio do acompanhamento sistemático e periódico de cada uma das ações;
- e. Construção de base de dados sobre a execução e resolução de problemas no âmbito do BSM, capaz de subsidiar a elaboração de relatórios gerenciais de informações já validadas, com rapidez;
- f. Articulação contínua de atividades de: 1) coleta, tabulação e processamento de dados, produzindo indicadores e gráficos; 2) análise e comparação de dados; 3) avaliação de problemas, intervenções e tomada de decisões; e 4) divulgação das informações que permitem o controle social;

As Salas de Situação são estruturas menos hierarquizadas do que outros arranjos de coordenação. Buscam a cooperação e a troca de informações entre os atores que as compõem. Elas têm um papel importante na gestão de riscos, mediante acompanhamento contínuo e sistemático e avaliação detalhada das ações, com identificação de restrições, atrasos, possíveis riscos, levantamento de providências a serem tomadas e resultados obtidos.

Procura-se construir ambientes de trabalho, nas Salas de Situação, que observassem as seguintes diretrizes principais:

- g. Relações de caráter contínuo, sistemático e duradouro;
- h. Relações de reciprocidade e troca entre atores que compõem a sala e de interdependência entre os atores;
- i. Existência de confiança e incentivos à cooperação;
- j. Incentivos ao aprendizado e à disseminação da informação;

No caso das ações acompanhadas sem a instância das Salas de Situação, evidenciadas na Figura acima, as informações são transitadas eletronicamente e, quando necessário, reuniões são marcadas para troca de informações e realinhamento de atuação.

Articulação Federativa

A forte articulação federativa que permeia o Plano Brasil sem Miséria foi uma de suas principais características. A interlocução do BSM com os estados teve início logo em 2011, com a celebração de Termos de Compromisso entre a União e todos os estados do país e o Distrito Federal.

Para auxiliar na interlocução dos estados com os municípios, foi elaborado e disponibilizado o portal “Brasil sem Miséria no seu Estado” (www.brasilsemmiseria.gov.br/estados), uma ferramenta *on-line* de acompanhamento das ações estaduais do BSM com atualização bimestral.

Os municípios são parceiros essenciais na condução do BSM, dada a proximidade do poder público municipal com os cidadãos no seu cotidiano, em especial os brasileiros mais pobres. Afinal, são as prefeituras que chegam até as famílias pobres e que se relacionam mais diretamente com essa população nos atendimentos realizados em suas redes de assistência social, saúde e educação.

Em razão da impossibilidade de alcançar todos os 5.570 municípios do país para falar sobre as ações do BSM, foi necessário criar instrumentos que democratizassem o acesso às informações mais importantes, a fim de balizar a atuação dos municípios. Para apoiar a gestão municipal na formulação de estratégias próprias para a superação da pobreza e no acompanhamento dos indicadores sociais, foi criado o site “Brasil sem Miséria no seu Município” (www.brasilsemmiseria.gov.br/municipios), com dados atualizados periodicamente.

Os portais citados foram concebidos em parceria com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi/MDS) para organizar, em um mesmo ambiente, dados que ajudassem as gestões estaduais e municipais a fazerem diagnósticos, formularem estratégias para a superação da pobreza e acompanharem a evolução de seus indicadores.

Com o objetivo de compartilhar informações sobre as estratégias estaduais e distrital de superação da extrema pobreza e os desafios para o período 2016-2019, foi realizada a terceira edição do “Seminário de Pactuação Federativa no Brasil sem Miséria”, no dia 26 de novembro de 2015, em Brasília. O evento foi promovido pela Sesep em parceria com o Fórum Nacional de Secretários/as de Estado da Assistência Social (Fonseas). Participaram 25 estados da federação^[1], sendo que 5 deles contribuíram expondo suas experiências^[2].

[1] Amazonas, Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, , Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, , Roraima, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Santa Catarina, Tocantins.

[2] Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo .

O evento contou com uma fala de abertura da ministra Tereza Campello, seguida de uma palestra do Presidente do Fórum Nacional de Secretários/as de Estado da Assistência Social (Fonseas), André Quintão.

Durante o Seminário, representantes estaduais compartilharam informações sobre as estratégias locais de superação da pobreza e extrema pobreza e suas perspectivas futuras. As apresentações foram seguidas de debates sobre as ações expostas. O Seminário reforçou a importância da articulação entre o governo federal e os governos estaduais para o êxito do BSM.

No que diz respeito a publicações para apoio a estados e municípios, em 2015, foram lançadas a cartilha Pronatec Jovem Aprendiz e a cartilha Aprendizagem Profissional. Elas explicam aos gestores municipais de maneira clara e objetiva o que são, para que servem e como acessar esses programas que compõem o BSM.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Canais de acesso do cidadão

A Seseq possui três caixas institucionais de *e-mail* que recepcionam as demandas dos cidadãos: contato@brasilsemmiseria.gov.br, inclusaoprodutiva@mds.gov.br e bsm@mds.gov.br. A primeira caixa é administrada pela Central de Relacionamento do MDS desde fevereiro de 2012. A segunda caixa é administrada pela Diretoria de Inclusão Produtiva Urbana (Dipu/Sesep) desde sua criação, em novembro de 2011. A terceira caixa é administrada pelo gabinete da Seseq desde junho de 2012 e é somente utilizada para divulgação de eventos específicos do Plano Brasil sem Miséria e para sanar eventuais dúvidas a respeito dos mesmos.

De acordo com os dados do Sistema de Gestão de Demandas (SGD), as demandas relacionadas à Seseq totalizaram 2.766 ligações e *e-mails* recebidos em 2015, conforme o quadro abaixo:

Quadro 11 – Demandas Da Central De Atendimento E Ouvidoria Relacionadas À Seseq

Ano 2015 – SESEP		
Central de Relacionamento do MDS		Ouvidoria
Demandas de Telefonia – assunto SESEP	Demandas de E-mail recebidas - assunto SESEP	Demandas registradas*
2.389	377	57
*Inclui Telefonia, carta, e-mail, Presencial e fax		

Fonte: Sistema de Gestão de Demandas e Sumário Executivo 2015.

Com relação à Ouvidoria, foram 57 demandas registradas com o assunto “Plano Brasil sem Miséria”. Ressalta-se que ao final do ano de 2015 havia somente três pendências de respostas dentre as demandas registradas de telefonia, *e-mail* e ouvidoria. A base de conhecimento – composta pelas *Frequently Asked Questions* (FAQ) e pelas Respostas Padrão – que alimenta o SGD é revisada mensalmente e atualizada quando surgem novas informações.

De acordo com os dados do canal de atendimento de Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), a Seseq recebeu 17 demandas no ano de 2015 e respondeu a todas dentro do prazo exigido pela Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Mecanismos de Transparência para Situações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade

A Sesep possui os seguintes canais de comunicação, disponíveis à consulta pública, com o propósito de promover a transparência do Plano Brasil sem Miséria, de seus programas e de suas ações:

- **Site institucional** (www.brasilsemmiseria.gov.br): um dos mais importantes canais de comunicação do Plano Brasil sem Miséria, reformulado em 2015, juntamente com o portal do MDS, por solicitação da Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom). A arquitetura da informação e a disposição do leiaute foram reformuladas com o propósito de tornar as informações e os dados mais acessíveis ao público em geral. O canal continua informando sobre os principais fatos do Plano, suas ações e seus resultados. Em 2015 ele passa a ser visualizado no menu do portal MDS, dando acesso direto às informações sobre o BSM em apenas um clique;
- **Portal Brasil sem Miséria no seu Estado** (www.brasilsemmiseria.gov.br/estados): disponibiliza dados estaduais atualizados sobre as principais ações do Plano;
- **Portal Brasil sem Miséria no seu Município** (www.brasilsemmiseria.gov.br/municipios): disponibiliza dados municipais das principais ações do Plano, também com atualização periódica;
- **Portal MDS pra você** (<http://mdspravoce.mds.gov.br/>): é a Carta de Serviços ao Cidadão, com informações sobre os programas e benefícios que o MDS oferece.

Esses portais cumprem as diretrizes de dar transparência às ações do Plano Brasil sem Miséria e promovem a integração dos órgãos da administração pública federal com governos estaduais, municipais, distrital e sociedade. O Plano também está nas redes sociais *Facebook*, *Twitter* e *You Tube* do Ministério. Por meio delas, é estimulado o acesso aos fatos mais recentes do Plano, com abertura para interatividade.

No “BSM no seu Estado” e no “BSM no seu Município” estão disponíveis relatórios com informações sobre os resultados das iniciativas que compõem o Brasil sem Miséria para cada um dos 27 estados, do Distrito Federal e dos 5.570 municípios brasileiros, a partir de informações declaradas pelos órgãos executores componentes do Plano.

A ferramenta ganhou o 18º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em 2013 e foi um dos três vencedores na categoria “Promoção da transparência ativa e/ou passiva” do prêmio de Boas Práticas da Controladoria-Geral da União (CGU) em 2014.

Ao final de 2014, foi lançado o livro “O Brasil sem miséria”, organizado pela Ministra Tereza Campello, pelo Secretário Extraordinário para Superação da Extrema Pobreza, Tiago Falcão, e pela então diretora de Relações Institucionais da Sesep,

Patricia Vieira da Costa. A publicação traz 32 artigos sobre o plano de superação da extrema pobreza e explica como o Plano Brasil sem Miséria foi elaborado, implantado, monitorado e avaliado, além de apresentar seus resultados nos três anos e meio de existência. Em 2015, uma versão resumida do livro (13 artigos) foi traduzida para o inglês e também para o espanhol. Foram impressos 500 exemplares de cada versão desse livro para serem distribuídos aos países que têm interesse em conhecer o BSM, especialmente em agendas internacionais. Essas versões traduzidas do livro estão disponíveis para acesso on-line no portal do MDS, em versão *flipbook* ou em pdf. O conteúdo em espanhol está no link <http://mds.gov.br/central-de-conteudo/brasil-sem-miseria/libro-brasil-sin-miseria> e o conteúdo em inglês está no link <http://mds.gov.br/central-de-conteudo/brasil-sem-miseria/book-brazil-without-extreme-poverty>.

Em 2015 foi elaborado o Caderno de Resultados do Plano Brasil sem Miséria para a População Negra (2011 – 2015), disponibilizado para acesso por meio do portal do Ministério, no endereço http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/caderno_popnegra1.pdf.

Também nesse ano foram elaborados o Caderno de Resultados de Mulheres (2011 – jun/2015), disponibilizado pelo portal do Ministério, no endereço http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/Caderno_Resultaos_Mulheres.pdf e o Caderno de Resultados do Plano Brasil sem Miséria no Meio Rural, disponibilizado pelo portal do Ministério, no endereço http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/Caderno_Graficos_BSM_4%20anosRural140715.pdf.

A Cartilha Pronatec Jovem Aprendiz foi lançada por meio on-line em 2015, disponível no portal do MDS pelo endereço: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_pronatec_aprendiz2.pdf, assim como a Cartilha Aprendizagem Profissional, disponível no portal do MDS pelo endereço: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_aprendizagem_profissional2.pdf.

Foram apresentados também o Caderno de Estudos número 23 - Desenvolvimento Social em Debate – “A Inclusão Produtiva Rural no Brasil sem Miséria: o desafio da superação da pobreza no campo”. Organizadora: Janine Mello em parceria com a Sagi, disponível no portal do MDS pelo endereço: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%2023_%20FINAL_910.pdf, o Caderno de Estudos número 24 - Desenvolvimento Social em Debate – “Inclusão Produtiva Urbana: o que fez o Pronatec/Bolsa Formação entre 2011 e 2014”. Organizadores: Paula Montagner e Luiz Müller em parceria com a Sagi, disponível no portal do MDS pelo endereço: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/Caderno%20de%20Estudos%20Pronatec%20-%2024.pdf

Em 2015 foi enviada aos parceiros do Plano uma última edição do Boletim Brasil sem Miséria, criado em 2012, anunciando a superação de todas as metas estabelecidas pelo até 2014. Posteriormente, a Ascom/MDS iniciou um novo boletim “Brasil Social” que deu continuidade à divulgação de ações do BSM e que contém outras informações sobre os programas do Ministério. O *mailing* do Boletim Brasil Social atingiu, em 2015, cerca de 244 mil endereços eletrônicos, alcançando um público abrangente e numeroso com informações sobre o Brasil sem Miséria.

DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da unidade

Informações sobre custos de produtos e serviços

Quadro 12 - Variações de Custos – Ação 20TR

Produtos/Serviços	Custo Total de 2015	Custo Unitário			Variação % Custo Unitário		Economia Total em 2015 com base em 2014	Economia Total em 2015 com base em 2013
		2015	2014	2013	2015/2014	2015/2013		
Ação 20TR - Educação Básica – Criança Atendida	13.148.835,24	1.489,22	1.393,21	1.100,55	6,89%	35,31%	-	-

Análise Crítica

O custo unitário da ação 20TR – Educação Básica - é definido em função do valor do Fundeb, que, por sua vez, é calculado como uma proporção do montante arrecadado de determinados impostos.

Considera-se, nesse caso, que as variações de custo no período analisado são benéficas ao conjunto de gastos do governo. Primeiro, porque aumentam a disponibilidade de recursos para a educação infantil no município. Em segundo lugar, considera-se que investimentos na primeira infância (0-6 anos) possuem uma alta taxa de retorno ao longo da vida do indivíduo, do ponto de vista de aproveitamento educacional, de desenvolvimento integral (incluindo saúde) e mesmo de produtividade média e rendimento médio na vida adulta.

Portanto, não faz sentido calcular a economia obtida na ação em 2015 em relação a reduções no custo unitário ao longo dos anos.

Quanto ao custo total da ação em 2015, no valor de R\$ 13,1 milhões, explica-se pelo fato de os recursos da ação 20TR terem sido contingenciados e reduzidos a menos da metade de sua dotação final. Dos R\$ 921 milhões existentes em dotação, apenas R\$ 440 milhões foram disponibilizados para empenho.

Neste cenário de contingenciamento, o MDS optou por reconsiderar e modificar os critérios de elegibilidade para o recebimento do recurso da ação Brasil Carinhoso de forma a aperfeiçoar a medida, permitindo, ainda, ajustar as normas da ação à sua disponibilidade financeira. Utilizaram-se critérios de cobertura de crianças do Programa

Bolsa Família em creches, aumento de cobertura e uso dos recursos transferidos, de modo a beneficiar os municípios que se esforçaram por atingir os objetivos da Lei 12.722/2012 e evitar a transferência de recursos a municípios que não conseguiram utilizar os recursos.

Assim, a partir da publicação das necessárias novas regras – pela Medida Provisória n.º 705/2015, pelo Decreto 8.619/2015 e pela Resolução do FNDE n.º 19/2015 -, o MDS conseguiu cumprir o objetivo de incentivar a matrícula de crianças do Bolsa Família e reduzir a desigualdade no acesso à creche.

O valor total empenhado foi de R\$ 418 milhões. A parcela já liquidada e paga em 2015, equivalente a R\$ 13 milhões, se referiu ao reconhecimento da dívida de 2013 e representou atendimento de 8.829 crianças. Como não havia recursos em restos a pagar para 2015, foi utilizado o orçamento do próprio ano para realizar esse pagamento.

Quadro 13 - Variações de Custos – Ação 20GG

Produtos/Serviços	Custo Total de 2015	Custo Unitário			Variação % Custo Unitário		Economia Total em 2015 com base em 2014	Economia Total em 2015 com base em 2013
		2015	2014	2013	2015/2014	2015/2013		
Ação 20GG - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária – Pessoa atendida	2.041.447,08	-	6.137,45	167,16	-	-	-	-

Análise crítica:

2013: consiste na execução de Termo de Cooperação firmado entre a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTPS) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em dezembro de 2012, com vigência até dezembro de 2013. O objeto do Termo de Cooperação foi a oferta da intermediação de mão de obra para pessoas inscritas no CADUNICO, nos estados da Região Nordeste e norte de Minas Gerais (área de abrangência da SUDENE), consistindo em sua inscrição nas unidades de atendimento do SINE e sua eventual colocação no mercado de trabalho, por meio de empregos formais. O Termo de Cooperação totalizou repasse orçamentário-financeiro do MDS da ordem de R\$20.887.645,63, descrevendo a colocação no mercado de trabalho de 124.956 pessoas inscritas no CADUNICO. O custo unitário de referência da intermediação de mão de obra previsto pela SPPE/MTPS é de R\$197,17. O custo unitário realizado foi de

R\$167,16, o qual ficou abaixo da previsão inicial, na medida em que o Termo de Cooperação superou as metas físicas de colocação de pessoas no mercado de trabalho.

2014: consiste na execução de dois Termos de Cooperação firmados com a MTPS/SENAES, iniciados em nos exercícios 2011 e 2012, ambos com término previsto para o exercício 2014, sem metas intermediárias, com previsão somente de meta plurianual. Os dois Termos de Cooperação totalizaram repasse orçamentário-financeiro do MDS da ordem de R\$ 47.356.532,67, referente ao atendimento a 7.716 pessoas. O custo unitário de referência adotado pela MTPS/SENAES é R\$2.000,00, no âmbito de ambos os Termos de Cooperação. O custo unitário realizado foi de R\$ 6.137,45, o qual extrapolou o custo unitário de referência, em virtude de atraso no início da execução dos projetos pactuados e no alcance das metas, justificado pela MTPS/SENAES conforme segue: (a) atraso no depósito de contrapartida pelos Governos Estaduais e na liberação de recursos financeiros pelos órgãos estaduais responsáveis pela sua gestão financeira; (b) dificuldades das áreas técnicas estaduais para finalizar e operacionalizar seus procedimentos licitatórios; (c) desatualização de preços face às cotações realizadas para elaboração dos projetos originais; (d) baixa adesão de entidades/empresas aos processos licitatórios estaduais; (e) morosidade na condução centralizada de processos licitatórios; e (f) dificuldades das áreas técnicas para operacionalizar recomendações emanadas dos órgãos jurídicas estaduais.

2015: os Restos a Pagar referem-se ao pagamento de execução física realizada no âmbito dos Termos de Cooperação firmados com a MTPS/SENAES e encerrados em 2014, sem atendimento adicional de beneficiários.

Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e notas explicativas –

As demonstrações contábeis foram inseridas **como anexo** ao relatório de gestão.

A Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (Sesep) somente recebe orçamento e financeiro e o transfere para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destinado ao apoio suplementar à manutenção e desenvolvimento da educação infantil, para ampliar o percentual de crianças do programa Bolsa Família matriculadas em creches públicas e conveniadas.

ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

Gestão de Pessoas

Devido à amplitude do Plano Brasil sem Miséria, a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas definida pelo Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, mostrou-se insuficiente para que a Sesepe exercesse a sua competência. Da mesma forma, a força de trabalho alocada na Secretaria também se mostrou insuficiente.

Por isso, empregados da Caixa Econômica Federal, cedidos ao MDS em consonância com o art. 93, § 7º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com nova redação dada pelo art. 5º, da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, foram alocados para exercer atividades relacionadas ao Plano Brasil sem Miséria em diferentes secretarias do Ministério, sendo quatro deles lotados na Sesepe. A Portaria GM nº 145, de 18 de maio de 2015, prorrogou o exercício da cessão para o desempenho das atividades desses profissionais, no âmbito do MDS, até 07 de julho de 2016, conforme publicação em Diário Oficial da União de 11 de junho de 2015.

Esforços para viabilizar a execução das atividades da Sesepe de forma tempestiva e eficiente foram implementados por meio da incorporação de servidores temporários, contratados através do Processo Seletivo Simplificado de 2012, realizado pelo MDS. Ao mesmo tempo, a fim de intensificar a força de trabalho permanente da Secretaria, houve a incorporação de Analistas Técnicos de Políticas Sociais, impulsionando a presença de servidores de carreira vinculados ao órgão, o que é importante para manter a memória institucional do processo inovador de gestão do Plano BSM.

Em razão de o Plano Brasil sem Miséria ser operacionalizado também no âmbito de outros setores do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, alguns dos servidores temporários da Secretaria desempenham suas atividades, diretamente relacionadas ao BSM, em outras secretarias. Foi elaborado um Plano de Trabalho com o detalhamento das atividades desempenhadas por cada um desses servidores, os quais têm suas folhas de ponto e férias atestadas pelos chefes imediatos, homologadas pela Sesepe.

Quadro 14 – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		19	3	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		19	3	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		4		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		5	2	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		10	1	1
2. Servidores com Contratos Temporários		25	5	1
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		5		1

4. Total de Servidores (1+2+3)		49	8	4
---------------------------------------	--	----	---	---

Fonte: Extração SIAPE – Posição 31 de dezembro de 2015

Quadro 15 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva		
	Área Meio	Área Fim	
1. Servidores de Carreira (1.1)			19
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	3	16	19
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1	3	4
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	3	5
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	10	10
2. Servidores com Contratos Temporários*	6	19	25
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	3	5
4. Total de Servidores (1+2+3)	11	38	49

Fonte: Extração SIAPE – Posição 31 de dezembro de 2015

* Servidores com contratos temporários: temos 5 PSS exercendo suas funções na SNAS, Senarc, Sagi e Sesan, de acordo com o Plano de Trabalho.

Fonte: Sesep.

Quadro 16 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	18		3	2
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	18	17	3	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		1		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		5	2	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		6	1	
1.2.4. Sem Vínculo		5		1
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	18	34	9	6

Fonte: Extração SIAPE – Posição 31 de dezembro de 2015

Até o final de 2015, a força de trabalho desta UJ contava com 19 servidores em Cargos Efetivos, 25 servidores com contratos temporários e 5 sem vínculo com a Administração Pública, totalizando 49 servidores. Houve 8 servidores ingressos e 4 servidores egressos em 2015.

Com relação à distribuição da lotação efetiva, temos 11 servidores trabalhando na área meio e 38 na área fim, em concordância com os objetivos e as competências desta Secretaria. Há 18 servidores em cargos em comissão, conforme detalhado no quadro acima, e nenhuma função gratificada.

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Não houve determinações ou recomendações exaradas pelo TCU no exercício sob exame.

Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Não houve determinações ou recomendações exaradas pelo Órgão de Controle Interno no exercício sob exame.

Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Não ocorreram casos de danos ao erário nesta UJ.

Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/93

As informações referentes a este item serão abordadas pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA, área do Ministério responsável pelos contratos, de forma consolidada no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MDS.

Informação sobre a revisão dos Contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Item será apresentado de forma consolidada no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva – SE, abrangendo todo o MDS.

Informações sobre ações de Publicidade e Propaganda

Apresentado de forma consolidada no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva (SE).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
-------------------	------------------

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSAO 01/03/2016	PAGINA 1
-----------------------	-------------

ORGAO SUPERIOR	55000 - MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	32.016.648,76	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	13.148.835,24	-
Transferências Intragovernamentais	13.148.835,24	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	18.867.813,52	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	18.867.813,52	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 01/03/2016	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	550018 - SECR. EXTRAORD. PARA A SUPER.DA EXTREMA POBR.
ORGAO SUPERIOR	55000 - MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	13.148.835,24	-
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	13.148.835,24	-
Transferências Intragovernamentais	13.148.835,24	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	550018 - SECR. EXTRAORD. PARA A SUPER.DA EXTREMA POBR.

EMISSAO 01/03/2016	PAGINA 3
-----------------------	-------------

ORGAO SUPERIOR	55000 - MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	18.867.813,52	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
-------------------	------------------

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTITULO	550018 - SECR. EXTRAORD. PARA A SUPER.DA EXTREMA POBR.
-----------	--

EMISSAO 01/03/2016	PAGINA 1
-----------------------	-------------

ORGAO SUPERIOR	55000 - MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
01/03/2016

PAGINA
2

SUBTÍTULO 550018 - SECR. EXTRAORD. PARA A SUPER.DA EXTREMA POBR.

ÓRGÃO SUPERIOR 55000 - MINISTÉRIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 01/03/2016	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	550018 - SECR. EXTRAORD. PARA A SUPER.DA EXTREMA POBR.
ORGAO SUPERIOR	55000 - MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMIÇÃO 01/03/2016	PÁGINA 4
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	550018 - SECR. EXTRAORD. PARA A SUPER.DA EXTREMA POBR.
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	55000 - MINISTÉRIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 01/03/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	550018 - SECR. EXTRAORD. PARA A SUPER.DA EXTREMA POBR.
ORGAO SUPERIOR	55000 - MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	13.148.835,24	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	13.148.835,24	-
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	13.148.835,24	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-13.148.835,24	-
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
-------------------	------------------

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSAO 01/03/2016	PAGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTITULO	550018 - SECR. EXTRAORD. PARA A SUPER.DA EXTREMA POBR.
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	55000 - MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-13.148.835,24	-
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-13.148.835,24	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMIÇÃO 01/03/2016	PÁGINA 3
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	550018 - SECR. EXTRAORD. PARA A SUPER.DA EXTREMA POBR.
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	55000 - MINISTÉRIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 01/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	550018 - SECR. EXTRAORD. PARA A SUPER.DA EXTREMA POBR.
ÓRGÃO SUPERIOR	55000 - MINISTÉRIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	13.148.835,24	-	Transferências Financeiras Concedidas	13.148.835,24	-
Resultantes da Execução Orçamentária	13.148.835,24	-	Resultantes da Execução Orçamentária	13.148.835,24	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	13.148.835,24	-
Sub-repasse Recebido	13.148.835,24	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Despesas Extraorçamentárias	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	550018 - SECR. EXTRAORD. PARA A SUPER.DA EXTREMA POBR.
-----------	--

EMIÇÃO 01/03/2016	PÁGINA 2
----------------------	-------------

ÓRGÃO SUPERIOR	55000 - MINISTÉRIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade			- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial			- Variação Cambial		-
Valores para Compensação			- Valores Compensados		-
Valores em Trânsito			- Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX			- Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão			- Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos					
Saldo do Exercício Anterior	-		- Saldo para o Exercício Seguinte	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-		- Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
TOTAL	13.148.835,24		- TOTAL	13.148.835,24	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 550018 - SECR. EXTRAORD. PARA A SUPER.DA EXTREMA POBR.

EMIÇÃO
01/03/2016

PAGINA
1

ÓRGÃO SUPERIOR 55000 - MINISTÉRIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO CIRCULANTE	-	18.867.813,52
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	18.867.813,52
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	18.867.813,52
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	-	-			
Bens Móveis	-	-			
Bens Móveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 550018 - SECR. EXTRAORD. PARA A SUPER.DA EXTREMA POBR.

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 2

ÓRGÃO SUPERIOR 55000 - MINISTÉRIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	-	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	-	18.867.813,52	PASSIVO FINANCEIRO	-	18.867.813,52
ATIVO PERMANENTE	-	-18.867.813,52	PASSIVO PERMANENTE	-	-
SALDO PATRIMONIAL		18.867.813,52	SALDO PATRIMONIAL		-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 01/03/2016	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	550018 - SECR. EXTRAORD. PARA A SUPER.DA EXTREMA POBR.
ORGAO SUPERIOR	55000 - MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-



Plano Brasil Sem Miséria (BSM) - 2015

						R\$ 1,00							
Órgão / Programa / Ação / Plano Orçamentário						Dotação Inicial (A)	Dotação Atual (B)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)	(%) (G=D/B)	(%) (H=E/B)	(%) (I=F/B)
MAPA Agricultura						10.510.547	10.510.547	6.471.890	2.858.362	2.427.745	62%	27%	23%
2042	Inovações para a Agropecuária					10.510.547	10.510.547	6.471.890	2.858.362	2.427.745	62%	27%	23%
8924	Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária					10.510.547	10.510.547	6.471.890	2.858.362	2.427.745	62%	27%	23%
	0002 - IMPLANTACAO DE UNIDADES DE REFERENCIA TECNOLÓGICA - URTS (BSM)					10.510.547	10.510.547	6.471.890	2.858.362	2.427.745	62%	27%	23%
MDA Des. Agrário						361.004.791	361.004.791	151.549.317	63.306.152	47.830.532	42%	18%	13%
2012	Agricultura Familiar					339.004.791	339.004.791	137.617.389	49.736.871	34.262.916	41%	15%	10%
210O	Assistencia Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar					181.892.741	181.892.741	20.840.899	758.861	304.922	11%	0%	0%
	0003 - BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL PARA AGRICULTORES FAMILIARES E SEUS EMPREENDIMENTOS					169.071.188	169.071.188	16.023.147	758.861	304.922	9%	0%	0%
	0005 - BRASIL SEM MISERIA - FORMACAO E CAPACITACAO DE AGENTES DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL					873.840	873.840	0	0	0	0%	0%	0%
	0009 - BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS					7.707.115	7.406.115	2.265.420	0	0	31%	0%	0%
	000E - BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL EM AREAS INDIGENAS					4.240.598	4.541.598	2.552.332	0	0	56%	0%	0%
210S	Assistencia Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária					148.400.000	148.400.000	110.923.738	44.104.035	29.230.353	75%	30%	20%
	0002 - BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL PARA REFORMA AGRARIA					148.400.000	148.400.000	110.923.738	44.104.035	29.230.353	75%	30%	20%
210W	Apoio a Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais					8.712.050	8.712.050	5.852.751	4.873.975	4.727.641	67%	56%	54%
	0004 - BRASIL SEM MISERIA - DOCUMENTACAO DA TRABALHADORA RURAL					8.712.050	8.712.050	5.852.751	4.873.975	4.727.641	67%	56%	54%
2069	Segurança Alimentar e Nutricional					22.000.000	22.000.000	13.931.928	13.569.281	13.567.615	63%	62%	62%
2B81	Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA					22.000.000	22.000.000	13.931.928	13.569.281	13.567.615	63%	62%	62%
	0001 - BRASIL SEM MISERIA - AQUISICAO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - PAA					20.000.000	20.000.000	13.852.309	13.492.309	13.492.309	69%	67%	67%
	0002 - BRASIL SEM MISERIA - OPERACIONALIZACAO DA AQUISICAO, DA ARMAZENAGEM E DA REVENDA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - PAA					2.000.000	2.000.000	79.619	76.972	75.307	4%	4%	4%
MDS Des. Social e Comb à Fome						32.650.259.680	32.311.472.756	31.115.994.139	28.678.584.869	28.654.257.558	96%	89%	89%
2019	Bolsa Família					27.691.890.000	27.488.690.000	27.479.152.076	26.787.453.516	26.787.453.516	100%	97%	97%
20IT	Aperfeiçoamento da disseminação de informações do PBF e do Cadastro Único.					12.500.000	12.500.000	10.668.381	425.883	425.883	85%	3%	3%
	0001 - BRASIL SEM MISERIA					12.500.000	12.500.000	10.668.381	425.883	425.883	85%	3%	3%
6414	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único					28.500.000	25.300.000	17.593.695	9.614.492	9.614.492	70%	38%	38%

Órgão / Programa / Ação / Plano Orçamentário		Dotação Inicial (A)	Dotação Atual (B)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)	(%) (G=D/B)	(%) (H=E/B)	(%) (I=F/B)
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	28.500.000	25.300.000	17.593.695	9.614.492	9.614.492	70%	38%	38%
8442	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	27.115.890.000	26.915.890.000	26.915.890.000	26.385.345.680	26.385.345.680	100%	98%	98%
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	27.115.890.000	26.915.890.000	26.915.890.000	26.385.345.680	26.385.345.680	100%	98%	98%
8446	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	535.000.000	535.000.000	535.000.000	392.067.461	392.067.461	100%	73%	73%
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	535.000.000	535.000.000	535.000.000	392.067.461	392.067.461	100%	73%	73%
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0%	0%	0%
20GG	Fomento, Capacitação Ocupacional, Intermediação e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0%	0%	0%
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0%	0%	0%
2030	Educação Básica	642.692.960	921.310.165	418.897.848	13.148.835	13.148.835	45%	1%	1%
20TR	Apoio à Manutenção da Educação Infantil (MDS)	642.692.960	921.310.165	418.897.848	13.148.835	13.148.835	45%	1%	1%
	0001 - BRASIL SEM MISERIA - APOIO A MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL	642.692.960	921.310.165	418.897.848	13.148.835	13.148.835	45%	1%	1%
2037	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	2.665.923.878	2.640.836.954	2.325.973.924	1.428.658.924	1.428.658.924	88%	54%	54%
20V5	Ações Complementares de Proteção Social Básica	48.731.831	39.031.831	0	0	0	0%	0%	0%
	0001 - BRASIL SEM MISERIA - ACESSUAS/TRABALHO	48.731.831	39.031.831	0	0	0	0%	0%	0%
2A60	Serviços de Proteção Social Básica	1.520.233.008	1.514.033.008	1.452.695.764	949.203.699	949.203.699	96%	63%	63%
	0000 - SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - DESPESAS DIVERSAS	56.602	0	0	0	0	-	-	-
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	1.520.176.406	1.514.033.008	1.452.695.764	949.203.699	949.203.699	96%	63%	63%
2A65	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	540.061.097	510.061.097	459.456.049	271.721.817	271.721.817	90%	53%	53%
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	428.066.457	398.266.457	351.846.407	239.211.475	239.211.475	88%	60%	60%
	0002 - VIVER SEM LIMITE - CENTROS DIA	12.369.024	8.369.024	7.011.000	4.811.000	4.811.000	84%	57%	57%
	0004 - CRACK, E POSSIVEL VENCER - ABORDAGEM SOCIAL NA RUA	28.861.056	28.861.056	26.411.042	16.006.042	16.006.042	92%	55%	55%
	0005 - ACOES ESTRATEGICAS PARA ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL	70.764.560	74.564.560	74.187.600	11.693.300	11.693.300	99%	16%	16%
2A69	Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	253.507.047	310.507.047	268.534.190	162.195.025	162.195.025	86%	52%	52%
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	230.143.335	287.143.335	258.194.190	154.515.025	154.515.025	90%	54%	54%
	0003 - VIVER SEM LIMITE - RESIDENCIAS INCLUSIVAS	23.363.712	23.363.712	10.340.000	7.680.000	7.680.000	44%	33%	33%
2B30	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	46.365.000	46.365.000	462.525	237.525	237.525	1%	1%	1%
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	46.365.000	46.365.000	462.525	237.525	237.525	1%	1%	1%
2B31	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	10.912.500	10.912.500	475.000	0	0	4%	0%	0%
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	10.912.500	10.912.500	475.000	0	0	4%	0%	0%
8893	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	246.113.395	209.926.471	144.350.397	45.300.857	45.300.857	69%	22%	22%
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	246.113.395	209.926.471	144.350.397	45.300.857	45.300.857	69%	22%	22%
2062	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	7.000.000	7.000.000	5.266.050	4.795.695	4.795.695	75%	69%	69%
8662	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho	7.000.000	7.000.000	5.266.050	4.795.695	4.795.695	75%	69%	69%
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	7.000.000	7.000.000	5.266.050	4.795.695	4.795.695	75%	69%	69%
2069	Segurança Alimentar e Nutricional	1.612.468.655	1.225.351.450	871.035.627	432.524.873	408.198.362	71%	35%	33%

Órgão / Programa / Ação / Plano Orçamentário		Dotação Inicial (A)	Dotação Atual (B)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)	(%) (G=D/B)	(%) (H=E/B)	(%) (I=F/B)
20GD	Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares	333.132.704	213.132.705	140.168.729	6.831.066	6.831.066	66%	3%	3%
	0002 - FOMENTO AS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS - BSM	291.615.584	171.615.585	129.904.555	0	0	76%	0%	0%
	0003 - APOIO A ESTRUTURACAO DA PRODUCAO FAMILIAR	35.767.920	35.767.920	9.050.083	6.416.975	6.416.975	25%	18%	18%
	0004 - APOIO AS ACOES DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA POVOS INDIGENAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS - BRASIL SEM MISERIA	5.749.200	5.749.200	1.214.091	414.091	414.091	21%	7%	7%
2792	Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	78.260.800	78.260.800	41.027.454	35.681.574	27.056.014	52%	46%	35%
	0001 - DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS A GRUPOS POPULACIONAIS ESPECIFICOS - BRASIL SEM MISERIA	78.260.800	78.260.800	41.027.454	35.681.574	27.056.014	52%	46%	35%
2798	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	781.978.081	609.360.875	495.170.050	357.378.379	342.435.203	81%	59%	56%
	0002 - OPERACIONALIZACAO DA AQUISICAO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - BSM	44.434.696	45.284.696	9.238.862	3.404.555	3.365.866	20%	8%	7%
	0003 - AQUISICAO DE ALIMENTOS - BSM	737.543.385	564.076.179	485.931.188	353.973.824	339.069.337	86%	63%	60%
8929	Apoio à Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços Públicos de Apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos	72.571.790	58.071.790	9.662.807	6.046.052	5.288.278	17%	10%	9%
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	72.571.790	58.071.790	9.662.807	6.046.052	5.288.278	17%	10%	9%
8948	Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural	346.525.280	266.525.280	185.006.587	26.587.801	26.587.801	69%	10%	10%
	0001 - ACESSO A AGUA PARA CONSUMO HUMANO	197.893.280	124.514.698	124.507.185	15.500.000	15.500.000	100%	12%	12%
	0002 - ACESSO A AGUA PARA A PRODUCAO DE ALIMENTOS	148.632.000	142.010.582	60.499.402	11.087.801	11.087.801	43%	8%	8%
2122	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	29.284.187	27.284.187	15.668.614	12.003.027	12.002.227	57%	44%	44%
4641	Publicidade de Utilidade Pública	17.532.696	15.532.696	10.299.607	8.659.746	8.659.746	66%	56%	56%
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	17.532.696	15.532.696	10.299.607	8.659.746	8.659.746	66%	56%	56%
4923	Produção e Disseminação de Informação e Conhecimento para Gestão de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	11.751.491	11.751.491	5.369.007	3.343.281	3.342.481	46%	28%	28%
	0002 - AVALIACAO E MONITORAMENTO DE POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME	11.751.491	11.751.491	5.369.007	3.343.281	3.342.481	46%	28%	28%
MF	Fazenda	289.687.077	365.687.077	155.993.065	155.993.065	147.568.632	43%	43%	40%
0911	Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros	289.687.077	365.687.077	155.993.065	155.993.065	147.568.632	43%	43%	40%
00M4	Remuneração a Agentes Financeiros	289.687.077	365.687.077	155.993.065	155.993.065	147.568.632	43%	43%	40%
	000F - OPERACIONALIZACAO DAS ACOES DE TRANSFERENCIA DE RENDA E DO CADASTRO UNICO DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL	289.687.077	365.687.077	155.993.065	155.993.065	147.568.632	43%	43%	40%
MI	Integração Nacional	442.454.800	162.186.960	154.744.673	40.527.931	15.463.318	95%	25%	10%
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	34.734.800	44.466.960	40.323.714	862.230	454.818	91%	2%	1%
20N7	Provimento de Infraestrutura Produtiva para Arranjos Produtivos Locais - Apls - Plano Brasil sem Miséria	23.860.800	33.592.960	30.471.900	126.101	110.801	91%	0%	0%
	0001 - PROVIMENTO DE INFRAESTRUTURA PRODUTIVA PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS - APLS - PLANO BRASIL SEM MISERIA	22.860.800	32.592.960	29.937.482	126.101	110.801	92%	0%	0%
	0002 - PROVIMENTO DE INFRAESTRUTURA PRODUTIVA PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS - APLS - PLANO BRASIL SEM MISERIA	1.000.000	1.000.000	534.418	0	0	53%	0%	0%

Órgão / Programa / Ação / Plano Orçamentário		Dotação Inicial (A)	Dotação Atual (B)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)	(%) (G=D/B)	(%) (H=E/B)	(%) (I=F/B)
20N8	Promoção de Iniciativas para o Aprimoramento da Produção e Inserção Mercadológica - Plano Brasil sem Miséria	9.174.000	9.174.000	8.877.296	689.191	297.079	97%	8%	3%
	0001 - PROMOCAO DE INICIATIVAS PARA O APRIMORAMENTO DA PRODUCAO E INSERCAO MERCADOLOGICA - PLANO BRASIL SEM MISERIA	9.174.000	9.174.000	8.877.296	689.191	297.079	97%	8%	3%
20N9	Apoio Ao Associativismo e Cooperativismo - Plano Brasil sem Miséria	1.700.000	1.700.000	974.518	46.938	46.938	57%	3%	3%
	0001 - APOIO AO ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO - PLANO BRASIL SEM MISERIA	1.700.000	1.700.000	974.518	46.938	46.938	57%	3%	3%
2069	Segurança Alimentar e Nutricional	407.720.000	117.720.000	114.420.959	39.665.700	15.008.501	97%	34%	13%
12QC	Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil Sem Miséria	407.720.000	117.720.000	114.420.959	39.665.700	15.008.501	97%	34%	13%
	0001 - IMPLANTACAO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE AGUA - PLANO BRASIL SEM MISERIA	407.720.000	117.720.000	114.420.959	39.665.700	15.008.501	97%	34%	13%
MMA	Meio Ambiente	169.853.956	136.523.741	95.696.340	93.803.737	92.996.525	70%	69%	68%
2018	Biodiversidade	101.202.880	101.202.880	95.530.340	93.637.737	92.830.525	94%	93%	92%
20VP	Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - Bolsa Verde	101.202.880	101.202.880	95.530.340	93.637.737	92.830.525	94%	93%	92%
	0001 - PAGAMENTO A FAMILIAS EM SITUACAO DE EXTREMA POBREZA PELA PRESTACAO DE SERVICOS DE CONSERVACAO DE RECURSOS NATURAIS NO MEIO RURAL - PLANO BRASIL SEM MISERIA (LEI N. 12.512, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011)	88.114.980	89.114.980	87.343.500	87.343.500	87.343.500	98%	98%	98%
	0002 - CADASTRAMENTO, OPERACIONALIZACAO E MONITORAMENTO DA TRANSFERENCIA DE RENDA NO AMBITO DO PROGRAMA DE APOIO A CONSERVACAO AMBIENTAL (LEI N.12.512, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011)- PLANO BRASIL SEM MISERIA	13.087.900	12.087.900	8.186.840	6.294.237	5.487.025	68%	52%	45%
2069	Segurança Alimentar e Nutricional	68.651.076	35.320.861	166.000	166.000	166.000	0%	0%	0%
8695	Dessalinização de Água - Água Doce - Plano Brasil sem Miséria	68.651.076	35.320.861	166.000	166.000	166.000	0%	0%	0%
	0001 - DESSALINIZACAO DE AGUA - AGUA DOCE - PLANO BRASIL SEM MISERIA	68.651.076	35.320.861	166.000	166.000	166.000	0%	0%	0%
MTE	Trabalho	119.500.000	119.500.000	52.526.386	19.272.973	13.091.155	44%	16%	11%
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	77.000.000	77.000.000	45.348.303	16.070.455	10.610.612	59%	21%	14%
20YT	Fomento e Fortalecimento de Empreendimento Econômicos Solidários e Suas Redes de Cooperação	61.000.000	61.000.000	33.402.449	12.770.980	8.598.875	55%	21%	14%
	0001 - FOMENTO AS FINANCAS SOLIDARIAS - BRASIL SEM MISERIA	9.500.000	9.500.000	6.770.109	3.104.000	1.275.300	71%	33%	13%
	0003 - FORMACAO DE FORMADORES(AS), EDUCADORES (AS) E GESTORES PUBLICOS PARA ATUACAO EM ECONOMIA SOLIDARIA - BRASIL SEM MISERIA	9.000.000	9.000.000	3.025.763	1.138.235	1.138.235	34%	13%	13%
	0004 - FOMENTO A CERTIFICACAO DE PROCESSOS, PRODUTOS E SERVICOS DA ECONOMIA SOLIDARIA - BRASIL SEM MISERIA	5.000.000	5.000.000	997.210	412.977	412.977	20%	8%	8%
	0005 - FOMENTO E ASSESSORAMENTO TECNICO A EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDARIOS E REDES DE COOPERACAO DE ECONOMIA SOLIDARIA - BRASIL SEM MISERIA	18.500.000	18.500.000	15.296.745	6.265.313	3.952.106	83%	34%	21%
	0006 - FOMENTO A INCUBADORAS DE EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDARIOS - BRASIL SEM MISERIA	9.000.000	9.000.000	6.013.142	1.550.915	1.520.717	67%	17%	17%
	0007 - ORGANIZACAO NACIONAL DA COMERCIALIZACAO DOS PRODUTOS E SERVICOS DE EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDARIOS - BRASIL SEM MISERIA	10.000.000	10.000.000	1.299.479	299.540	299.540	13%	3%	3%
20ZL	Fortalecimento da Institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária	16.000.000	16.000.000	11.945.854	3.299.475	2.011.737	75%	21%	13%
	0003 - PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DA ECONOMIA SOLIDARIA POR MEIO DA ATUACAO DE AGENTES DE DESENVOLVIMENTO SOLIDARIO - BRASIL SEM MISERIA	8.000.000	8.997.015	8.673.912	2.422.151	1.134.413	96%	27%	13%
	0004 - IMPLANTACAO DE ESPACOS MULTIFUNCIONAIS DE ECONOMIA SOLIDARIA - BRASIL SEM MISERIA	8.000.000	7.002.985	3.271.942	877.324	877.324	47%	13%	13%

Órgão / Programa / Ação / Plano Orçamentário		Dotação Inicial (A)	Dotação Atual (B)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)	(%) (G=D/B)	(%) (H=E/B)	(%) (I=F/B)
2067	Resíduos Sólidos	42.500.000	42.500.000	7.178.083	3.202.518	2.480.543	17%	8%	6%
8274	Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuentes com Resíduos Sólidos	42.500.000	42.500.000	7.178.083	3.202.518	2.480.543	17%	8%	6%
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	42.500.000	42.500.000	7.178.083	3.202.518	2.480.543	17%	8%	6%
Total Geral		34.043.270.851	33.466.885.872	31.732.975.809	29.054.347.088	28.973.635.465	95%	87%	87%